

**Diretrizes  
para a  
Gestão  
Ambiental  
Municipal  
e o  
Desenvolvimento  
Sustentável**

**REGIÃO LESTE AMAPÁ**





# **Diretrizes para a Gestão Ambiental Municipal e o Desenvolvimento Sustentável**

**AMAPÁ**

**- Região Leste -**

*Cutias do Araguari, Itaubal do Piririm, Macapá, Mazagão e Santana*

---

**Março de 2017**





## **Diretrizes para a Gestão Ambiental Municipal e o Desenvolvimento Sustentável**

**REGIÃO LESTE: Cutias do Araguari, Itaubal do Piririm, Macapá, Mazagão e Santana**

**Macapá, 13 e 14 de março de 2017**

**Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM**

**Programa de Qualificação de Gestão Ambiental - PQGA**

Paulo Timm  
*Superintendente Geral do IBAM*

Tereza Cristina Baratta  
*Diretora e Coordenadora Geral do PQGA/IBAM*

### **Equipe Técnica**

Angela Fontes  
*Economista*

Rosan Fernandes  
*Ecólogo*

### **Equipe Revisão e Edição**

Leonardo Nogueira  
*Publicitário*

Paula Lima  
*Bióloga*

Selma Rodrigues  
*Assistente Executiva*

**Governo do Estado do Amapá**

**Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA**

### **Assessoria de Municipalização - ASSEMU**

Marcelo Ivan Pantoja Creão  
*Secretário de Estado do Meio Ambiente*

### **Equipe Técnica ASSEMUN/SEMA**

Jessejames L. da Costa  
*Administrador e Educador Socioambiental*

José Ferreira Barbosa  
*Técnico*

Mariney Aury Borges de Souza  
*Secretária Executiva*

Mário Sérgio dos Santos Ribeiro  
*Engenheiro Florestal*

Rosa Dalva Gonçalves de Oliveira  
*Assessora de Comunicação*

Ruimar Monteiro Pena  
*Técnico*

### **Secretarias Municipais de Meio Ambiente**

Alônio Faris de Oliveira - *Secretário Municipal de Mazagão*

Josue Viana da Silva - *Secretário Municipal de Itaubal do Piririm*

Orivaldo da Silva - *Secretário Municipal de Cutias do Araguari*

### **Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Habitação**

Lindemberg Araújo Mota - *Secretário Municipal de Santana*

### **Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Macapá**

Márcio Fran de Sousa Gonçalves - *Diretor de Meio Ambiente*

Municípios	Participantes da Oficina
Itaubal do Piririm	Maurício Duarte de Almeida - <i>Fiscal de Terras</i>
Macapá	Ana Cristina Guedes Martinez - <i>Assistente de Gabinete/Projetos</i>
Mazagão	Thaylan Richard dos Santos Monteiro - <i>Assessor de Operação</i>
Santana	Antonio Claudionele - <i>Fiscal</i> Aroldo de Melo Vasconcelos - <i>Coordenador</i> Gean Cézar Correa - <i>Agente de Tributo</i> Joelson C. Martins - <i>Agente Administrativo</i> José Arilson Nascimento Silva - <i>Agente de Fiscalização</i> Mak José Alfaia Pacheco - <i>Assistente Administrativo</i> Mauro do E. Santo - <i>Motorista Fluvial</i>



# ÍNDICE

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	7
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	9
<b>CONTEXTUALIZAÇÃO.....</b>	12
Objetivos Geral e Específicos.....	12
Estado do Amapá.....	12
Região Leste.....	17
Município de Cutias do Araguari.....	18
Município de Itaubal do Piririm.....	19
Município de Macapá.....	20
Município de Mazagão.....	22
Município de Santana.....	23
<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS ADOTADOS.....</b>	24
Conceitos e Dimensões do Planejamento.....	24
Método FOFA.....	25
Definição dos Temas de Gestão Ambiental.....	26
Processo de Trabalho.....	29
<b>RESULTADOS OBTIDOS.....</b>	33
Matriz de Análise FOFA da Gestão Ambiental.....	33
Matrizes de Relações Interinstitucionais dos OAMs.....	37
Matriz Executiva.....	44
<b>ANÁLISE DOS RESULTADOS.....</b>	52
Sobre os Temas de Gestão Ambiental.....	52
Sobre as Relações de Parcerias.....	67
<b>RECOMENDAÇÕES: AÇÕES PRINCIPAIS DE GESTÃO AMBIENTAL.....</b>	71
Propostas de Programas e Planos de Gestão Ambiental.....	72
Orientações para Consolidação das Diretrizes.....	73
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	75
<b>ANEXOS.....</b>	79



## APRESENTAÇÃO

As atividades humanas afetam o ambiente da escala local à global, impactando áreas urbanas e rurais e envolvendo o uso de recursos naturais. São muitos os desafios por parte dos órgãos ambientais das três esferas governamentais, assim como das entidades ambientalistas e do setor privado ao assumirem de forma compartilhada tarefas com a proteção ambiental. Em especial no âmbito municipal, é do poder local a responsabilidade de pactuar a melhor forma de gerir o desenvolvimento, respeitando-se o meio ambiente.

O poder público tem como papel regular o uso parcimonioso dos recursos naturais, assegurando condições para o desenvolvimento sustentável. Para isso, é fundamental promover a proteção ambiental visando ao equilíbrio entre as necessidades essenciais da população e as limitações tecnológicas e sociais impostas ao meio ambiente.

O surgimento de políticas ambientais em abrangência mundial e do próprio conceito de desenvolvimento sustentável, influenciaram o Brasil levando a significativas mudanças ainda nos anos 80 a partir do estabelecimento da Política Nacional de Meio Ambiente e do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA. Mais recentemente, a aprovação da Lei Complementar nº 140/2011 é reconhecida como fator de incentivo ao fortalecimento do poder público municipal. O instrumento ao fixar normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, dispõe sobre ações relativas à proteção das paisagens naturais notáveis e à proteção ao meio ambiente.

O Bioma Amazônia requer cuidado especial no que diz respeito à gestão ambiental. Nesse contexto, destaca-se o Estado do Amapá, dotado de conjunto diverso de ecossistemas e biodiversidade, além de significativa rede hidrográfica, sendo imprescindível para a boa governança, a estruturação do sistema de meio ambiente local e a qualificação de seus profissionais.

O Programa de Qualificação da Gestão Ambiental – PQGA, em execução pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM com recursos do Fundo Amazônia/BNDES, oferece linhas de ação em apoio aos 530 municípios dos nove Estados que integram o Bioma Amazônia. Nos últimos três anos, o Programa promoveu, dentre outras ações, a qualificação e o desenvolvimento da capacidade de gestão ambiental na escala municipal, fortalecendo a estruturação dos sistemas municipais de meio ambiente.

Com base no reconhecimento das responsabilidades compartilhadas entre as esferas de governo – federal, estadual e municipal – e os setores da sociedade civil organizada com atuação ambiental, teve origem a elaboração dos Diagnósticos Municipais da Gestão Ambiental pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA/AP, em parceria com o IBAM/PQGA.

Com o objetivo de contribuir para a reflexão sobre os desafios municipais e mapear as demandas na busca do desenvolvimento sustentável, o planejamento estratégico desponta como ferramenta abrangente e participativa, que permite definir metas ambientais em consonância com as metas estaduais, federais e acordos internacionais, primando pelo equilíbrio do meio ambiente e o bem-estar comum.

Nesse contexto, nos meses de março e abril de 2017 foram realizadas quatro oficinas regionais de Planejamento da Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável. Como resultado, foram construídas diretrizes e metas orientadoras da gestão ambiental municipal, apresentadas no presente documento.

Cabe agradecer a entusiasmada adesão e participação de todos os envolvidos. Certamente o sucesso alcançado pelos trabalhos realizados não seria possível sem o esforço de cada um dos participantes. Notadamente, registrar o apoio dos Secretários de Meio Ambiente dos municípios anfitriões, que se desdobraram para receber os eventos, providenciando o necessário apoio logístico. Agradecer pela receptividade e por terem feito as honras da casa. Principalmente, agradecer que tenham compartilhado conosco as belezas e particularidades de seus municípios.

Por último, nossa palavra de agradecimento especial ao Secretário de Estado de Meio Ambiente Marcelo Ivan Pantoja Creão pela produtiva parceria ao longo do desenvolvimento do trabalho, orientando o corpo técnico da SEMA, articulando os gestores municipais, além de garantir a presença da SEMA nas oficinas regionais de Planejamento da Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável. Somos gratos pela sua liderança e apoio, imprescindíveis para o alcance dos resultados.



## INTRODUÇÃO

A construção do conceito de desenvolvimento sustentável é peça fundamental na história da conscientização ambiental da humanidade e merece uma breve contextualização devido a sua importância na gestão do meio ambiente.

Na segunda metade do século XX, foi realizada a Conferência da ONU para o Meio Ambiente, também conhecida como Conferência de Estocolmo (Suécia, junho de 1972). O evento é considerado um marco político internacional decisivo para o surgimento de políticas de gestão ambiental, uma vez que direcionou a atenção das nações para as questões ambientais<sup>1</sup> e deu início à construção do conceito de desenvolvimento sustentável. Em dezembro de 1972, foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que desde então coordena os trabalhos das agências da ONU em nome do meio ambiente global. Em 1983, foi criada pela ONU a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, presidida por Gro Harlem Brundtland<sup>2</sup>. Em 1987 foi publicado o *Relatório Nossa Futura Comum ou Relatório Brundtland*.

Visando a concretização das propostas definidas na Conferência de 1972, o *Relatório* apresenta 109 recomendações e se posiciona quanto ao que compreende como desenvolvimento sustentável:

*O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades.*

Este posicionamento insere duas noções chave: (i) noção de *necessidades*, sobretudo as necessidades essenciais das populações mais pobres no mundo, que devem receber a máxima prioridade; (ii) noção de *limitações*, que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras.

Em 1988, a Assembleia Geral da ONU aprovou uma Resolução determinando a realização, até 1992, de uma Conferência sobre o meio ambiente e desenvolvimento. Seu objetivo era avaliar como os países haviam promovido a proteção ambiental a partir da Conferência de Estocolmo de 1972. O Brasil ofereceu-se para sediar o encontro em 1992 que ocorreu em junho, na cidade do Rio de Janeiro.

Durante a Cúpula da Terra, como ficou conhecida a Rio 92, cinco documentos<sup>3</sup> foram assinados. Dentre eles, destaca-se a *Agenda 21*, que foi para além das questões ambientais, abordando também os padrões de desenvolvimento que causam danos ao meio ambiente: (i) pobreza e dívida externa dos países em desenvolvimento; (ii) padrões insustentáveis de produção e consumo; (iii) pressões demográficas e estrutura da economia internacional.

---

<sup>1</sup> Importante ressaltar o processo anterior de preparação para a Conferência de Estocolmo, que ocorreu no Encontro de Founex (Suiça, 1971), com análises das relações entre meio ambiente e desenvolvimento.

<sup>2</sup> Gro Harlem Brundtland, médica, mestre em saúde pública e ex-Primeira Ministra da Noruega, foi convidada pelo Secretário Geral da ONU para dar forma e presidir a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento.

<sup>3</sup> Durante a Rio-92 foram assinados os documentos: (i) Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; (ii) Agenda 21; (iii) Princípios para a Administração Sustentável das Florestas; (iv) Convenção da Biodiversidade; e, (v) Convenção sobre Mudança do Clima.

A década de 1990 foi marcada por Conferências Globais, realizadas com objetivo de aprofundar e comprometer os governos e povos com um novo marco de direitos e significado de desenvolvimento. Foram traduzidos conceitos das formas de desenvolvimento que dialogaram com praticamente todos os temas das cúpulas promovidas pela ONU de 1992 até o início dos anos 2000.

Do período a partir da Conferência Rio 92 até o Acordo do Clima de Paris sobre Mudanças Climáticas<sup>4</sup>, caminhos e descaminhos foram percorridos mundialmente em busca do desenvolvimento sustentável. No âmbito local, há também a responsabilidade de encontrar a melhor forma de gerir as formas de desenvolvimento sem agredir, ou agredindo com a menor intensidade possível, o meio ambiente.

No caso brasileiro, a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) foi estabelecida pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981<sup>5</sup>. Nela foram definidos conceitos, princípios, diretrizes, objetivos, instrumentos, mecanismos de aplicação e de formulação. Criou, também, o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA)<sup>6</sup> e o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA)<sup>7</sup>.

Posteriormente, com “a aprovação da Lei Complementar nº 140/2011, pelo Governo Federal, foram fixadas normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum, relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção ao meio ambiente, que entre outras normas e procedimentos no âmbito dos municípios, o Estado promoverá a formação e capacitação de gestores municipais, visando à inclusão dos municípios na gestão ambiental compartilhada”<sup>8</sup>.

Considerando que é fundamental para o exercício da competência e da gestão ambiental compartilhada a compreensão sobre a abrangência de impactos ambientais, proposta na Lei Complementar nº 140/2011, o Estado do Amapá, por intermédio do COEMA, aprovou a Resolução nº 040/2014.

A Resolução nº 040/2014 “dispõe sobre a definição de impacto local, bem como a tipificação das atividades e empreendimentos de competência dos municípios licenciarem, levando em consideração o porte e o potencial poluidor do empreendimento ou atividade a ser licenciada ou autorizada, definindo o entendimento sobre impacto ambiental de âmbito local: aquele que afete diretamente, no todo ou em parte, o território de um município sem ultrapassar o seu limite territorial”<sup>9</sup>.

---

<sup>4</sup> Assinado em dezembro de 2015 e com entrada em vigor em novembro de 2016.

<sup>5</sup> Lei 6.938/1981, regulamentada pelo Decreto 99274/1990 - [www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br).

<sup>6</sup> SISNAMA é a estrutura adotada para a gestão ambiental no Brasil, formada pelos órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios responsáveis pela proteção, melhoria e recuperação da qualidade ambiental no País - [www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br).

<sup>7</sup> Órgão consultivo e deliberativo, competente para assessorar, analisar e propor diretrizes de políticas governamentais para gestão do meio ambiente e recursos naturais. Assim como deliberar sobre normas com o objetivo de manter um meio ambiente ecologicamente equilibrado - [www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br).

<sup>8</sup> Amapá. Governo do Estado. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Diagnóstico da gestão ambiental municipal / Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Assessoria de Municipalização (ASSEMUN); Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM). – Macapá: Sema, 2017 - <http://www.amazonia-ibam.org.br/biblioteca/publicacao>.

<sup>9</sup> Idem.- <http://www.amazonia-ibam.org.br/biblioteca/publicacao>.

Outro instrumento orientador para a gestão ambiental no Estado do Amapá é o Programa de Fortalecimento da Gestão Ambiental Municipal (PEFOGAM), elaborado com o objetivo de dar autonomia às Secretarias de Meio Ambiente, por meio da capacitação do corpo técnico, aquisição de equipamentos, materiais e disseminação do conhecimento sobre gestão ambiental.

Foi no contexto de reconhecimento das responsabilidades compartilhadas entre as esferas de governo – federal estadual e municipal – e os setores da sociedade civil organizada com atuação ambiental, que teve origem a elaboração dos *Diagnósticos Municipais da Gestão Ambiental* pela SEMA-AP, com apoio do PQGA-IBAM.

A partir dos resultados apresentados nos *Diagnósticos Municipais de Gestão Ambiental*, foi dada continuidade ao trabalho de desenvolvimento da gestão ambiental municipal por meio da realização de oficinas regionais de *Planejamento da Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável*, cujos resultados estão apresentados neste documento.

Cabe agradecer a intensa participação e o apoio dos Secretários de Meio Ambiente dos municípios anfitriões, que se desdobraram para receber o evento providenciando o apoio logístico. Certamente o sucesso alcançado pelos trabalhos realizados não seria possível sem o esforço de cada um para que tudo acontecesse da melhor forma possível. Agradecemos pela receptividade e por terem feito as honras da casa. Agradecemos também que tenham compartilhado conosco as belezas e particularidades de seus municípios.

Registrarmos agradecimento especial ao Secretário de Estado de Meio Ambiente pela forte parceria durante o desenvolvimento do trabalho, orientando o corpo técnico da SEMA no sentido de mobilizar os gestores municipais, além do apoio logístico fundamental ao acompanhamento presencial dado pela equipe às oficinas regionais de Planejamento da Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável. Somos gratos pelo seu apoio, imprescindível para o alcance dos resultados almejados.



## CONTEXTUALIZAÇÃO

### Objetivos Geral e Específicos

As oficinas de *Planejamento da Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável* foram realizadas com o objetivo geral de capacitar gestores(as) e respectivas equipes, sobre técnicas de planejamento e conceitos da gestão ambiental, de modo a contribuir com o fortalecimento dos OAMs na estrutura municipal.

Dentre seus objetivos específicos estão: (i) incentivar a formulação ou a revisão de políticas públicas, por meio da normatização de ferramentas e mecanismos de desenvolvimento sustentável; (ii) promover a participação da sociedade nas decisões ambientais pertinentes; (iii) buscar boas práticas de gestão ambiental do espaço urbano, visando a melhoria da qualidade de vida da população.

Como resultado, foram construídas diretrizes e metas orientadoras da gestão ambiental municipal, geradas a partir das discussões ocorridas no transcorrer das oficinas realizadas.

### Estado do Amapá



Figura 1: Localização do Estado do Amapá.

Fonte: Raphael Lorenzeto de Abreu, em  
*Wikimedia Commons*

Situado no extremo norte do País, o estado do Amapá possui fronteiras internacionais com a Guiana Francesa ao norte e com o Suriname ao noroeste. O limite leste é dado pelo Oceano Atlântico e o nordeste pela foz do Rio Amazonas. Os limites ao sul e ao oeste são dados pelo estado do Pará. Possui área de 142.828,523 km<sup>2</sup>, correspondendo a 1,7% do território nacional e a 3,7% da Região Norte. É formado por 16 municípios, tendo Macapá como capital.

O nome do Estado possui diferentes significados: (i) na língua tupi amapá significa "o lugar da chuva" (*ama*, "chuva" e *paba*, "lugar", "estância", "morada"); (ii) vindo do nheengatu significa "terra que acaba" ou "ilha"; (iii) ou ainda, "amapá" é uma palavra de origem

nuaruaque ou aruaque e se refere ao amapazeiro (*Hancornia amapa*), uma árvore típica da região pertencente à família das Apocináceas<sup>10</sup>.

<sup>10</sup> O amapazeiro produz um fruto roxo, saboroso, em formato de maçã; de onde é extraído o "leite de amapá" usado na medicina popular como fortificante, estimulante do apetite e também no tratamento de doenças respiratórias e gastrite. A espécie encontra-se ameaçada, dada a sua exploração predatória para extração da seiva.

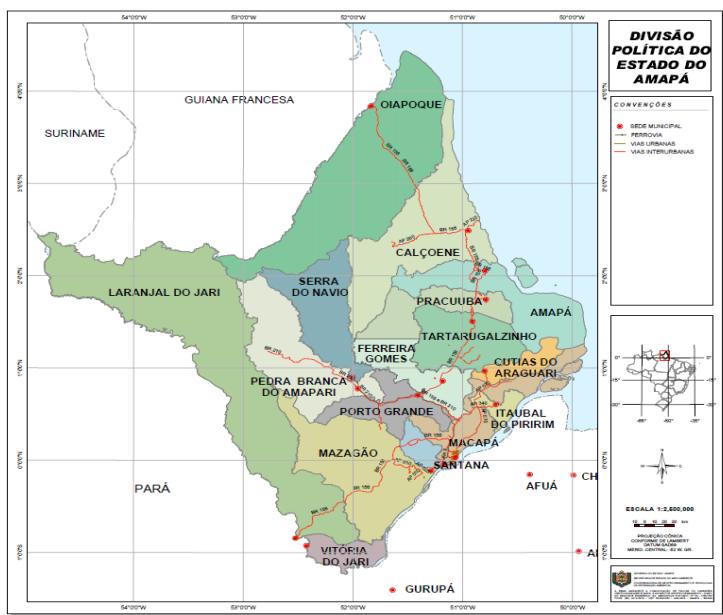


Figura 2: Divisão Política do Estado do Amapá. Fonte: [www.ap.gov.br](http://www.ap.gov.br)

A história amapaense é rica e remonta às lutas entre Portugal e Espanha pela conquista e manutenção do território brasileiro. A região, mesmo antes da chegada dos portugueses às terras brasileiras, era objeto de disputa, sendo a assinatura do Tratado de Tordesilhas por Portugal e Espanha, em 1494, a expressão da disputa histórica pelas terras amapaenses.

Nesse contexto, vale registrar a importância geográfica das terras amapaenses, situadas à entrada da Amazônia pela foz do rio Amazonas, e objeto de inúmeras disputas por controle do território.

No século XX, as principais alterações sofridas pelo Amapá no que diz respeito à administração fundiária<sup>11</sup> podem ser descritas a partir da criação do Território Federal do Amapá, em 13 de setembro de 1943, quando suas terras passaram para o domínio da União, com administração do governo do Território através da Divisão de Terras e Colonização – DTC. Antes de 1943, as terras amapaenses eram administradas pelo Governo do Estado do Pará.

Em 05 de outubro de 1988, foi criado o Estado do Amapá<sup>12</sup>. A importância das questões relacionadas ao uso e propriedade da terra foi reafirmada com a criação da Coordenadoria Especial de Terras do Amapá – COTERRA, através do Decreto nº 30/1989, para tratar das questões fundiárias do Estado. Em 1991 foi criado o Instituto de Terras do Amapá – TERRAP, por meio do Decreto nº 214/1991, com a incumbência de administrar o Patrimônio Fundiário do Estado do Amapá. Atualmente é o Instituto do Meio Ambiente e de Ordenamento Territorial do Estado do Amapá – IMAP<sup>13</sup>, vinculado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente; o responsável pela administração fundiária no Estado.

O relevo é pouco acidentado, em geral abaixo de 300 metros de altitude. É um dos poucos estados que, em sua condição geográfica, permite a formação de um conjunto de ecossistemas que vão desde as formações pioneiras de mangue à floresta tropical

<sup>11</sup> <http://www imap.ap.gov.br/lista.php?cont=221&a=217>

<sup>12</sup> A transformação dos territórios federais em estados ficou definida na Constituição Federal 1988, Capítulo I, Art. 18, § 2º.

<sup>13</sup> Criado por meio do Decreto nº 1937, de 26 de abril de 2007, alterado por força do Decreto nº 1.184, de 04 de janeiro de 2008. Fonte: <http://www imap.ap.gov.br/lista.php?cont=221&a=217>

densa, passando por campos inundáveis e cerrados. Seus principais rios são: Amazonas, Jari, Oiapoque, Araguari, Calçoene e Maracá. A maior parte de seu território está contida na Bacia das Guianas.

Vale ressaltar que, aproximadamente, 62% do território do Estado do Amapá está sob regime especial de proteção, exclusivo de unidades de conservação<sup>14</sup> e cerca de 8% é de terras indígenas (1.183.498 km<sup>2</sup>). Isso corresponde a 70% da área total do Estado sob regime de proteção especial. Assim, o Amapá pode ser caracterizado como o Estado brasileiro que mantém resguardada quase a totalidade da floresta Amazônica existente em seu território.

Em 2010, o IBGE registrou mais de 7 mil indígenas no Estado, habitando as quatro terras indígenas existentes, assim como zonas rurais e urbanas dos municípios. Do total da população indígena, 80,4% viviam em cerca de 80 aldeias e 19,6% moravam fora das Terras Indígenas.

O Oiapoque abriga o maior número de habitantes indígenas, nas terras de Uaçá, Juminá e Galibi, totalizando 23% da extensão territorial do Município. A Terra Indígena do Uaçá é a que possui o maior número de habitantes (4.881 pessoas), sendo eles de diversas etnias. Com maior extensão, a terra indígena Waiápi, da etnia Waiápy abriga 874 pessoas em 607.017 hectares, nos municípios de Pedra Branca do Amapari, Laranjal do Jari e Mazagão. A menor Terra Indígena da região é a Galibi, que fica em Oiapoque e abriga 124 indígenas em 6.689 hectares.

**Quadro 1:** Lista dos Municípios do Estado do Amapá e Respectivas Áreas.

Município	Área (km <sup>2</sup> )	Município	Área (km <sup>2</sup> )
Amapá	9.168	Oiapoque	22.625
Calçoene	14.232	Pedra Branca do Amapari	9.625
Cutias	2.179	Porto Grande	4.425
Ferreira Gomes	4.974	Pracuúba	4.949
Itaubal	1.623	Santana	1.542
Laranjal do Jari	30.783	Serra do Navio	7.713
Macapá	6.502	Tartarugalzinho	6.685
Mazagão	13.295	Vitória do Jari	2.509

Fonte: IBGE, 2016.

A população total do Estado é estimada em 782.295 habitantes e destes 89% moram na área urbana. Em 2016, o rendimento domiciliar era de R\$ 881,00<sup>15</sup> mensais.

<sup>14</sup> No total são 19 unidades de conservação, que totalizam 8.798.040,31 hectares, 12 das quais são federais, 5 estaduais e 2 municipais. São 8 unidades de proteção integral e 11 de uso sustentável, as primeiras ocupando quase 60% do total da área protegida. Atlas das Unidades de Conservação do Estado do Amapá, citado em <http://www.logicambiental.com.br/ucs/>.

<sup>15</sup> <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ap#>

A base da economia amapaense está ancorada em seus recursos naturais. A exploração do setor produtivo mineral ocorre por meio de indústrias de grande porte (ouro, caulim e manganês), empresas de extração de agregados para construção (areia, seixo e brita), setor oleiro cerâmico, além de garimpeiros e trabalhadores informais da mineração<sup>16</sup>.

Com relação à agricultura, as lavouras permanentes produzem banana, laranja, mamão e maracujá. As lavouras temporárias produzem abacaxi, arroz, cana de açúcar, feijão, mandioca, frutas, milho e soja. Os principais produtos de extração vegetal são: açaí, castanha-do-pará, pimenta-do-reino e palmito, além dos produtos extraídos da madeira (carvão vegetal, lenha e madeira em tora). As principais madeiras de valor comercial são: andiroba, breu, cedro, macacaúba, maçaranduba, pau-mulato e sucupira.

Na pecuária, há rebanhos bovinos, bubalinos, suínos, caprinos e galináceos. Com relação à pesca e aquicultura, o Amapá é beneficiado pela presença de uma significativa rede hidrográfica, sendo os principais peixes encontrados: o pirapitinga, pirarucu, tambacu, tambaqui, tucurané, piranha, dourada e filhote. Além disso, são encontrados também crustáceos como caranguejo, camarão-rosa e camarão-de-água-doce<sup>17</sup>. Também é realizada no Estado a produção de mel de abelha.

O comércio também impulsiona a economia local. De forma geral, os produtos paraenses abastecem os mercados amapaenses. Vale destacar que tanto a capital quanto o Estado consomem produtos alimentícios e de outros gêneros principalmente da região do Marajó (Pará).

O setor de serviços participa da economia amapaense de forma expressiva, em função dos concursos públicos realizados no Estado, que atraem pessoas de todo o país. Entretanto, em 2016, considerando volume e receita do setor de serviços, o Amapá foi o pior estado do país, fechando o ano com um prejuízo de 15%<sup>18</sup>.

Com relação à política ambiental, o Estado atua por meio da Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) em parceria com os demais órgãos da estrutura governamental, de modo a integrar as ações próprias das agendas ambientais. Os desafios da gestão ambiental são compartilhados com o Conselho Estadual de Meio Ambiente (COEMA)<sup>19</sup> e com o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH). Ambas as presidências dos conselhos são exercidas pelo Secretário Estadual do Meio Ambiente.

Criado a partir de previsão na Constituição do Estado do Amapá, conforme o art. 314<sup>20</sup>, o COEMA é composto por 25 entidades sendo 7 órgãos estaduais, 4 instituições federais e 14 entidades não governamentais.

---

<sup>16</sup> Governo do Estado do Amapá. Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do estado do Amapá – IEPA.  
<http://www.mme.gov.br/web/guest/secretarias/geologia-mineracao-e-transformacao-mineral/publicacoes/diagnosticos-do-setor-mineral-nos-estados>

<sup>17</sup> Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016, IBGE.

<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ap>

<sup>18</sup> <http://economia.ig.com.br/2017-03-29/setor-de-servicos-ibge.html>

<sup>19</sup> Parte integrante da estrutura da SEMA - <http://www.sema.ap.gov.br/interno.php?dm=707>

<sup>20</sup> Art. 314 - A lei disporá sobre a organização, composição e competência do Conselho Estadual do Meio Ambiente. Inicialmente, o COEMA foi criado por meio do Decreto nº 107, de 07 de novembro de 1990,

*“O COEMA é um órgão colegiado, deliberativo, normativo e recursal, responsável em estabelecer as diretrizes e proposição da política de defesa, preservação e melhoria do meio ambiente, proporcionando a integração de instituições públicas e/ou privadas que desenvolvam atividades relativas ao meio ambiente bem como promovendo a elaboração e o aperfeiçoamento das normas de proteção ao meio ambiente, assim como incentivando o desenvolvimento de pesquisas e processos tecnológicos destinados a reduzir a degradação ambiental e estimulando a realização de atividades educacionais no processo de preservação, melhorias e recuperação da qualidade ambiental com a participação da comunidade”.*

Quanto ao CERH, previsto na Lei nº 686 de 7 de junho de 2002, suas atividades são exercidas desde dezembro de 2009, sendo este o órgão de hierarquia superior do Sistema Integrado de Gerenciamento dos Recursos Hídricos do Estado do Amapá – SIGRH, com funções deliberativas, normativas e consultivas<sup>21</sup>. As legislações pertinentes à Política de Gestão dos Recursos Hídricos do Estado do Amapá, assim como as atividades do CERH, são divulgadas por sua Secretaria Executiva, na página da SEMA.

A centralidade da gestão e preservação dos recursos hídricos na agenda política global ressalta o papel estratégico desempenhado pelo estado do Amapá, tendo em vista sua posição privilegiada ao possuir abundância desses recursos.

A institucionalização da gestão da política ambiental em execução pela SEMA trabalha no sentido de coordenar, por meio de seus núcleos, as atividades pertinentes às agendas ambientais no que diz respeito à: (i) Agenda Verde – implementação das Políticas e Normas Ambientais de uso e acesso aos recursos naturais existentes na biodiversidade do Estado do Amapá; (ii) Agenda Marrom - definição de métodos e técnicas de controle da qualidade ambiental e do uso racional dos recursos naturais no que concerne à prevenção da poluição e degradação ambiental; (iii) Agenda Azul - implementação da Política Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos e suas revisões periódicas.

Também foram criados os núcleos de Fauna e o de Mudanças Climáticas e REDD+. O Núcleo de Fauna, criado em agosto de 2015 em cumprimento a Lei Complementar nº 140/2011, tem como competência licenciar, autorizar e fiscalizar a fauna silvestre. O Núcleo de Mudanças Climáticas e REDD+, criado em janeiro de 2016, é responsável, junto com atores da Secretaria e de outras instituições governamentais, pela construção da lei da Política de Mudanças Climáticas, Conservação e Serviços Ambientais. Atua em todas as instâncias necessárias para sua implementação, assim como acompanha a agenda do GCF task force (Força Tarefa dos Governadores para Floresta e Clima)<sup>22</sup>.

---

sendo sua competência e composição regulamentadas por meio da Lei nº 165, de 18 de agosto de 1994, tendo sua composição alterada pela Lei nº 387, de 09 de dezembro de 1997.

<sup>21</sup> <http://www.sema.ap.gov.br/interno.php?dm=708>

<sup>22</sup> <http://www.sema.ap.gov.br/interno.php?dm=599>

## Região Leste

Conforme pode ser observado no Quadro 2, esta região é caracterizada pela maior concentração populacional do estado (78%), com densidade demográfica de 20,9 hab/km<sup>2</sup>, em uma área que representa 18% do território estadual.

Também se destaca a ocorrência de sobreposição espacial com a Região Metropolitana de Macapá<sup>23</sup>, formada pelos municípios de Macapá, Santana e Mazagão (incluído em 2016). Suas populações representam 60%, 15% e 2,6%, respectivamente, da população total do estado.

Os habitantes de Cutias do Araguari e Itaubal do Piririm representam 0,7% e 0,6%, e são caracterizados pelo crescimento demográfico acima da média estadual (1,17). Macapá e Mazagão acompanharam a média estadual no que diz respeito ao crescimento de sua população. Santana, entretanto, não obteve o mesmo desempenho.

**Quadro 2:** População e Área dos Municípios na Região Leste

Município	População em 2010	População Estimada em 2016	Crescimento demográfico %	Área Territorial em 2015 (km <sup>2</sup> )	Densidade Demográfica (hab/km <sup>2</sup> )
Cutias do Araguari	4.696	5.523	1,18	2.179,49	2,2
Itaubal do Piririm	4.267	5.061	1,19	1.622,87	2,5
Macapá	398.204	465.495	1,17	6.502,11	62,1
Mazagão	17.032	19.981	1,17	13.294,78	1,3
Santana	101.262	113.854	1,12	1.542,20	64,1
Total da Região	525.461	609.914	1,16	25.141,44	20,9
Total do Estado	669.526	782.295	1,17	142.828,52	4,7
% do Estado	78%	78%		18%	

Fonte: IBGE 2016, <https://cidades.ibge.gov.br/>

Vale registrar que em março de 1993, foi criada<sup>24</sup> a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS), com o objetivo “fixar a população naquelas localidades e gerar emprego e renda por meio do fortalecimento dos setores comercial, agroindustrial e extrativista”. Atualmente, encontra-se em discussão no Senado Federal a ampliação da abrangência da ALCMS aos municípios fronteiriços, visando o desenvolvimento da região metropolitana de Macapá<sup>25</sup>.

<sup>23</sup> Criada pela Lei Complementar Estadual do Amapá nº 21, de 26 de fevereiro de 2003.

<sup>24</sup> Lei nº 8387/1991.

[http://www.suframa.gov.br/noticias/arquivos/03\\_Public\\_NT\\_ALCs\\_Vol\\_03\\_Macap%C3%A1\\_Santana\\_OUT\\_14.pdf](http://www.suframa.gov.br/noticias/arquivos/03_Public_NT_ALCs_Vol_03_Macap%C3%A1_Santana_OUT_14.pdf)

<sup>25</sup> <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/09/16/area-de-livre-comercio-de-macapa-e-santana-pode-abranger-municipios-fronteiricos>

Com base no esforço realizado para o levantamento das informações que compõem os *Diagnósticos da Gestão Ambiental dos Municípios Amapaenses*, assim como aquelas apresentadas no site do Governo do Amapá, segue um breve histórico sobre os principais aspectos dos municípios integrantes da Região Leste<sup>26</sup>:

#### - Município de Cutias do Araguari



Figura 3: Vista parcial do Rio Araguari | Fonte: [www.ap.gov.br](http://www.ap.gov.br)

Cutias do Araguari teve origem às margens do rio Araguari. Sua emancipação foi motivada pela explosão demográfica ocorrida na então sede distrital, Macapá.

O processo de emancipação foi criado pela Lei nº 6, de maio de 1992 e levou em conta as dificuldades resultantes do distanciamento entre a prestação de serviços aos habitantes e a administração municipal.

Com a emancipação, Cutias do Araguari passou a ser ponto de apoio a criadores, agricultores e extrativistas da região. Por eles foram construídas residências e outras instalações para o sustento de suas atividades.

Uma das versões encontradas para o nome do lugar remete ao meio de transporte utilizado pelos primeiros moradores da localidade, que se deslocavam pelo rio Araguari em uma pequena embarcação, bastante ligeira, denominada “cotia”. Entretanto, antigos moradores dizem que no lugar, em outras épocas, existia grande variedade de espécies de caça, entre elas a cutia, o que, provavelmente, teria dado origem ao nome do Município.

Neste caso, trata-se de uma versão bastante plausível, pois o Município possui uma vasta floresta, com madeira de lei, onde se destacam as espécies maçaranduba, andiroba e pracuúba. Acompanhando tal cenário, a fauna da região é uma das mais ricas do Estado, especialmente pela variedade de animais silvestres que a compõem, tais como paca, capivara, tatu, cutia e outros.

Possui clima tropical chuvoso, intercalado com períodos curtos de estiagem, e temperatura média anual de 27°C. A pluviosidade é em torno de 2.800 mm na região. Segundo a classificação da vegetação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Cutias do Araguari possui grande parte do seu território, principalmente o centro, coberta por uma vegetação pioneira, com influência fluvial herbácea, sem palmeiras. Na parte nordeste, há vegetação pioneira com

<sup>26</sup> Fontes: Governo do Estado do Amapá - <http://www4.ap.gov.br> e Programa de Qualificação da Gestão Ambiental – PQGA/IBAM - <http://www.amazonia-ibam.org.br/biblioteca/>

influência fluvial arbustiva sem palmeiras. E por fim, ao longo do rio Araguari há a formação de floresta ombrófila densa e aberta com variações.

O Município tem como base de sua economia o setor primário. Na agricultura destacam-se os plantios de milho, banana e mandioca. Na pecuária há criação dos gados bovino e bubalino, além da criação de suínos. A pesca também contribui com a economia local. No setor secundário, possui uma usina de industrialização de leite e derivados e algumas serrarias. A principal atividade geradora de renda está ligada ao setor público e seu funcionalismo.

Situado a sudeste do estado do Amapá, Cutias do Araguari faz limite ao norte com Tartarugalzinho e Amapá, Macapá a sudeste e Ferreira Gomes a oeste.

#### **- Município de Itaubal do Piririm**

Criado pela Lei nº 5, de maio de 1992, Itaubal do Piririm está localizado a 112 quilômetros da capital. Situado na região leste do Estado, faz limite ao norte e oeste com Macapá, ao sul e a leste com o rio Amazonas. O acesso terrestre é por uma estrada já totalmente asfaltada.

O Município é conhecido por abrigar diferentes comunidades: Aracu, Bom Sucesso, Cacau, Carmo do Macacoari, Cobra Capim, Comunidade dos Porcos, Cristo Libertador, Curicaca, Foz do Macacoari, Igarapé Cobra, Igarapé Fundo, dentre outras.



Figura 4: Vista parcial do Rio Piririm | Fonte: [www.ap.gov.br](http://www.ap.gov.br)

Economicamente, Itaubal caracteriza-se pela extração de matérias-primas existentes no Município, tais como madeira, palmito, além da pesca e pecuária. As principais fontes de economia são a agricultura e a pecuária, sendo que a agricultura é de subsistência e mais recentemente com o cultivo de grãos (soja, arroz, milho). A pecuária tem por base os rebanhos bubalinos, bovinos, equinos e ovinos.

O extrativismo vegetal está voltado para a madeira, sendo as principais espécies: andiroba, pau mulato, cedro e virola. Grande parte dessa madeira é comercializada em toras, sendo residual o beneficiamento nas serrarias localizadas na região. A pesca artesanal cumpre papel fundamental na produção de alimentos e comercialização dos moradores do Município.

A atividade comercial é representada por um reduzido número de estabelecimentos varejistas (mercearias e baiúcas) que comercializam, sobretudo, gêneros alimentícios.

Na segunda quinzena de novembro, acontecem os festejos de São Benedito que mobilizam toda a comunidade. A região recebe ainda visitantes de Macapá que também veneram o santo.

A paisagem exuberante de Itaubal é outro atrativo aos turistas. Pássaros de várias espécies e animais silvestres destacam-se na natureza do local.

### - Município de Macapá



Figura 5: Beira Rio - Foz do Rio Amazonas | Fonte: [www.ap.gov.br](http://www.ap.gov.br)

A capital Macapá foi o primeiro Município a ser criado, por meio da Lei Provincial do Pará nº 281, de 6 de setembro de 1856. Em 31 de maio de 1944, Macapá foi promovida à categoria de capital do Território, hoje Estado do Amapá.

O Município localiza-se na região sudeste do Estado estendendo-se da margem esquerda do rio Amazonas - entre os rios Pedreira, Matapi e o litoral Atlântico - até a nascente do rio Maruanum.

O Município é constituído por cinco distritos: Macapá, Bailique (arquipélago formado por pelo menos nove comunidades), Carapanantuba, Fazendinha e São Joaquim do Pacuí.

Economicamente, no setor primário há destaque para criações de gado bovino, bubalino e suíno, além de atividades de avicultura e pesca artesanal, que ocorrem nas regiões rurais. O açaí é outro produto que, embora procedente de regiões ribeirinhas, gera renda e movimenta divisas significativas para Macapá.

Na área urbana estão concentradas as sedes administrativas dos serviços públicos das esferas estadual e federal. É importante registrar que 96% da população do Município vive na área urbana.

O comércio é o setor mais promissor para a capital, desde a implantação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS), no início dos anos 1990, e a Zona Franca Verde, em 2016<sup>27</sup>.

<sup>27</sup> Zona Franca Verde é um incentivo, concedido pelo Governo Federal, para produção industrial nas Áreas de Livre Comércio com preponderância de matéria-prima de origem regional, que prevê a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Decreto assinado em 18/12/2015 regulamentou lei de 2009, sobre a criação de Zona Franca Verde em alguns municípios da Amazônia. No Amapá é composta pelos municípios de Macapá e Santana. O decreto da União isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) as empresas de beneficiamento de recursos ambientais e matérias-primas regionais de origem florestal, pesqueira, agropecuária e mineral. <http://site.suframa.gov.br/assuntos/zfv/legislacao-zfv>

A busca do incremento das atividades turísticas levou o Município a se preparar com significativo número de hotéis e pousadas em relação ao restante do Estado. O complexo Beira-Rio, formado por trapiches, quiosques e restaurantes, possui uma vista privilegiada da orla de Macapá constituída pelo rio Amazonas em sua foz.



Figura 6: Fortaleza de São José de Macapá.  
Foto: Angela Fontes, 2017.

Outro ícone da capital é a Fortaleza de São José de Macapá, construída em 1782 para proteger a cidade de invasões. Ocupa extensa área na margem esquerda da foz do rio Amazonas. É uma das principais edificações militares existentes no Brasil e um dos mais importantes monumentos do século XVIII. Foi erguida com o propósito de defender a Amazônia diante da perspectiva de uma invasão francesa, após a ocupação pelos franceses do território da Guiana.

Macapá é a única capital brasileira cortada pela Linha do Equador. Com o intuito de valorizar turisticamente tal fato geográfico existe o monumento *Marco Zero do Equador*, onde foi construído um obelisco para a observação do fenômeno do Equinócio, que marca a mudança de estações. Próximo ao *Marco Zero* há o Estádio Olímpico Milton de Souza Corrêa, o “Zerão”, onde a linha que divide o gramado coincide com a Linha do Equador. Ou seja, curiosamente, os jogos acontecem ao mesmo tempo nos hemisférios sul e norte.

A vila do Curiaú, localizada a oito quilômetros da cidade, revela a história de remanescentes quilombolas, bela paisagem natural e riquezas de fauna e flora. Nos balneários de Araxá e Fazendinha, os atrativos são a gastronomia com destaque para pratos com camarão e peixes, preparados de diversas maneiras.

Outro ponto forte na capital são as manifestações culturais, que misturam sabedoria popular com valores históricos e culturais. O Marabaixo é o mais conhecido e apresenta anualmente tocadores de caixa e dançarinas vestidas com saias rodadas e blusas floridas.

### - Município de Mazagão



Figura 7: Festa da Cavalcada | Fonte: [www.ap.gov.br](http://www.ap.gov.br)

Mazagão foi originado em 23 de janeiro de 1770, com a fundação de Mazagão Velho pela Coroa Portuguesa, com o intuito de abrigar famílias vindas da Mazagão Africana, colônia portuguesa no Marrocos, que foi desativada para ser transferida para o Brasil. Apesar da antiga existência e ocupação, o Município foi oficialmente criado em 15 de novembro de 1915.

Situa-se na região sul do Amapá e é constituído por três distritos: Mazagão, Carvão e Mazagão Velho. O distrito sede está localizado em Mazagão (Novo), que fica a 31 quilômetros da capital, onde se concentra grande parte da população. Seus limites são: Pedra Branca do Amapari e Porto Grande ao norte, Santana a nordeste, a foz do rio Amazonas a sudeste, Vitória do Jari a sul e Laranjal do Jari a oeste.

Mazagão já foi conhecido por sua agricultura e pelo destaque no setor oleiro-cerâmico, ambos em declínio na região. O setor primário está representado pela criação de gado bovino, bubalino, suíno, caprino e equino, avicultura e pesca. No extrativismo, desponta a cultura de castanha do Brasil, de madeira para a fabricação do carvão e de móveis, de palmitos de açaí e, ainda, do látex da seringueira, comercializado fora do Estado. Quanto ao setor secundário, algumas serrarias e fábricas de tijolos ainda resistem.

O comércio local começa a ganhar força e tende a se desenvolver com a inauguração da ponte do Matapí, diminuindo parcialmente o isolamento histórico do Município à capital. Atualmente, o setor público, especialmente o municipal, é a atividade que gera maior renda no local.

Com relação às possibilidades turísticas, Mazagão Velho concentra um extenso calendário de festas religiosas, tradicionais e culturais. A mais conhecida é a Festa de São Tiago, que acontece desde o ano de 1977. Ocorre entre 16 e 28 de julho, misturando rituais religiosos como cavalcada e teatro a céu aberto, que reconta a guerra entre mouros e cristãos.

Apesar da notoriedade de São Tiago, a padroeira de Mazagão é Nossa Senhora da Assunção, que dá nome à Paróquia de Mazagão Novo. Na sede do Município, grupos culturais como o São Sebastião também ganham força, a exemplo do que acontece na comunidade de Carvão. Na Vila Maracá acontece o Festival da Castanha, geralmente no mês de junho.

Com relação às belezas naturais, destaca-se a cachoeira do rio Maracá, entre as existentes no território municipal, assim como a paisagem bucólica do Lago do Ajuruxi.

## - Município de Santana



Figura 8: Vista aérea do Porto de Santana | Fonte: [www.ap.gov.br](http://www.ap.gov.br)

O segundo maior município do Amapá, Santana, fica a 17 km de Macapá. Foi criado pelo Decreto-Lei nº 7.369, de 17 de dezembro de 1987. Faz limites com os municípios de Macapá, Mazagão e Porto Grande. Sua história remonta o ano de 1950, quando ocorreu a instalação da empresa Minérios de Ferro e Manganês S.A. (ICOMI), que explorou manganês em Serra do Navio e escoava a produção pela área portuária de Santana.

A cidade é conhecida como porta de entrada fluvial do Estado. Em seus portos, chegam e partem navios e barcos que fazem linha para Belém (PA), bem como outras cidades do Pará e da região Norte. Também possui porto específico para receber navios cargueiros de grande porte e bandeira internacional.

No setor primário, abriga, em pequenas proporções, criação de gado bovino, bubalino, além de suíno. A atividade pesqueira e a extração da madeira, além da venda de produtos oriundos da madeira e do açaí, contribuem para o desenvolvimento econômico de Santana.

O Município está localizado o Distrito Industrial do Amapá, cujo parque está em constante ampliação. Lá funcionam diversas empresas e indústrias. O porto de embarque e desembarque de produtos para exportação, como cavacos de pinho e minérios, também impulsionam a economia.

Como atração turística, a Ilha de Santana se notabiliza, já servindo, inclusive, de cenário para filmes. Na região, há também diversos balneários que atraem grande número de visitantes nos fins de semana. No Igarapé da Fortaleza, ocorre a concentração de restaurantes com cardápio variado. As manifestações religiosas ficam por conta de comunidades como Igarapé do Lago, com a tradicional festa de Nossa Senhora da Piedade.



## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS ADOTADOS

O método de trabalho usado pela equipe do PQGA para a realização do ciclo de oficinas foi adotado anteriormente em atividades de planejamento desenvolvidas em outras áreas do Bioma Amazônia. Vale ressaltar, especificamente, o ciclo de oficinas de planejamento realizado junto a 12 municípios da Região Tocantina, no Estado do Maranhão, durante o período de junho de 2015 a outubro de 2016<sup>28</sup>.

### Conceitos e Dimensões do Planejamento

A gestão ambiental exige planejamento por parte dos e das gestoras governamentais, em especial na esfera municipal, visto que é no Município que ocorre a concretude dos desafios ambientais.

O planejamento é uma reflexão mediadora que, a partir do conhecimento obtido, precede, organiza e comanda uma ou mais ações. Para ser bem-sucedido, deve levar em conta questões técnico-políticas, como as diversas interações dos atores envolvidos, suas estratégias e visões particulares. Considerando-se que o ator que planeja é parte do processo social e político e está por este contido, ele é ao mesmo tempo sujeito e objeto do planejamento<sup>29</sup>.

A atividade de planejar e executar programas e projetos segue o ciclo próprio de: (i) diagnóstico da situação; (ii) análise e proposições de ações que enfrentem situações encontradas; (iii) definição de diretrizes e priorização de linhas de ação; (iv) execução das ações priorizadas em cada linha; e, (v) monitoramento e acompanhamento dos processos em curso permitindo a revisão e ajustes no planejamento e, consequentemente, na sua execução.

Ou seja, a estrutura do planejamento ocorre a partir de um retrato da realidade (diagnóstico), que por meio da análise e da proposição de ações, age hierarquizando as ações e orientando as decisões, levando em conta os recursos necessários.



Essas etapas resultam em subsídios para a elaboração de diretrizes e linhas de ação em busca dos resultados desejados. Para avaliar se a implementação das ações está modificando a realidade na direção desejada, é de fundamental importância o monitoramento e acompanhamento da implementação dessas diretrizes. Visando a melhoria contínua, o planejamento deve recomeçar ao final de cada ciclo, partindo da avaliação do que foi realizado para iniciar um novo diagnóstico que dará informações para novas análises e a proposição de novas ações.

Figura 9: Estrutura do Planejamento.

<sup>28</sup> Diretrizes para a Gestão Ambiental Municipal – Maranhão – Região Tocantina. PQGA/IBAM. <http://www.amazonia-ibam.org.br/biblioteca/>

<sup>29</sup> Matus, Carlos. Política, Planificación y Gobierno. Fundación Altadis, Caracas, 1987.

Para a análise e a proposição de ações, é fundamental a utilização de uma técnica, ou um método que permita a articulação coerente da reflexão sobre as questões discutidas. Para o presente trabalho, foi de grande importância a utilização de um método que permitisse a construção de um ator coletivo, dotado de capacidade de reflexão para orientar ações futuras na direção desejada.

## Método FOFA

Para o entendimento da realidade da gestão ambiental dos municípios, utilizou-se a ferramenta de Análise FOFA - Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças. A participação do público presente foi provocada pela forma de aplicação da ferramenta, garantindo seu envolvimento nas análises dos diferentes temas de incumbência do órgão de gestão ambiental, seus parceiros e demais agentes, bem como as condições ambientais locais.

A Análise FOFA é uma ferramenta que atua como pilar de sustentação da gestão e do planejamento estratégico. Pode ser aplicada em diversos contextos, permitindo amplas e essenciais possibilidades de gestão.

Além disso, fornece dados que permitem uma leitura crítica e minuciosa de tendências e projeções futuras. Seu diagnóstico deve ser confiável na informação que oferece, integrando as necessidades apresentadas com intuito de fundamentar um planejamento de médio e longo prazo<sup>30</sup>.

Possui como principal finalidade avaliar os ambientes interno e externo, formulando estratégias de otimização de desempenho, por meio da compilação dos dados em uma matriz que facilita a visualização das características que fazem parte da sigla.

## Ambientes Interno e Externo

Em seu desenvolvimento, a Análise FOFA divide-se em dois ambientes: o interno e o externo, que consiste no cruzamento dos quatro fatores com os cenários observados, apresentando informações estratégicas para a gestão ambiental.

- **Análise do Ambiente Interno:** visa identificar situações inerentes aos órgãos em estudo, por meio do levantamento das Forças, consideradas como vantagens e das Fraquezas que são as inconformidades que precisam ser melhoradas.

- **Análise do ambiente externo:** visa identificar as situações não controladas pelos órgãos em estudo, buscando mapear as Oportunidades existentes que podem ser aproveitadas e as Ameaças que são pressões que podem dificultar o alcance dos objetivos de gestão ambiental.

---

<sup>30</sup> PAIXÃO, F. 2008. Construindo a Matriz FOFA no Planejamento. Disponível em: <http://www.iteia.org.br/construindo-a-matriz-fofa-no-planejamento>.

**Quadro 3:** Análise Esquemática do Método FOFA

ANÁLISE FOFA		
<b>Ambiente Interno</b> É controlado pelo órgão ambiental.	<b>Forças</b>	<b>Fraquezas</b>
	Pontos fortes que favorecem a atuação do órgão ambiental. Devem ser exploradas e ampliadas.	Fragilidades institucionais que atrapalham a atuação do órgão. Devem ser enfrentadas e superadas.
<b>Ambiente Externo</b> Não é controlado pelo órgão ambiental.	<b>Oportunidades</b>	<b>Ameaças</b>
	Vantagens e recursos (serviços, políticas, legislação, tecnologias, finanças, entre outros) que podem ser aproveitados pelo órgão. Devem ser explorados.	Pressões que dificultam a atuação do órgão e o alcance de seus objetivos. Devem ser minimizadas e evitadas.

**Definição dos Temas de Gestão Ambiental**

Os conceitos dos temas de gestão ambiental considerados no presente trabalho seguiram definições previstas em leis e em publicações diversas sobre meio ambiente. A seguir, estão elencadas as definições conceituais de cada um dos temas analisados.

**Quadro 4:** Definição dos Temas de Gestão Ambiental Municipal.

TEMAS	DEFINIÇÃO
<b>Cobertura Florestal</b>	<b>Cobertura Florestal:</b> Remanescentes de vegetação nativa e/ou ambientes naturais sobre o território do Município, considerando-se tamanho, formato, composição, densidade, localização e distribuição dos mesmos. O monitoramento periódico e contínuo da cobertura florestal é uma das importantes ações que contribuem para a sua conservação. <b>Incêndios Florestais:</b> Todo o fogo sem controle que incide sobre qualquer forma de vegetação, trazendo prejuízos aos recursos naturais. Pode ser provocado por ação humana ou por causa natural como por raios.
<b>Uso e Ocupação do Solo</b>	Mosaico formado pelos diferentes tipos de cobertura do território, que definem as formas de exploração que incidem sobre o terreno do município, como agropecuária, cobertura florestal, hidrografia, áreas urbanizadas, infraestruturas lineares (rodovias, ferrovias, linhas de transmissão de energia, dutos), entre outras.

TEMAS	DEFINIÇÃO
<b>Áreas Protegidas</b>	<p><b>Unidade de Conservação:</b> Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (SNUC, 2000).</p> <p><b>Também são áreas protegidas:</b> Área de Preservação Permanente e Reserva Legal (Cód. Florestal), Terras Indígenas e Territórios Quilombolas.</p>
<b>Cadastramento Ambiental Rural (CAR)</b>	Registro público eletrônico de âmbito nacional, definido pela Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal Brasileiro) e regulamentado pelo Decreto nº 7.830/2012, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico, no combate ao desmatamento.
<b>Licenciamento, Fiscalização e Monitoramento Ambiental</b>	<p><b>Licenciamento Ambiental:</b> Ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades que utilizam recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental (CONAMA, Res. nº 237/1997).</p> <p><b>Fiscalização Ambiental:</b> Procedimento administrativo embasado em planos táticos e serviços de inteligência, promovido por agentes com poder de polícia para o controle e o monitoramento, com investigações e apurações de danos lesivos ao meio ambiente, baseadas em ações preventivas e repressivas.</p> <p><b>Monitoramento Ambiental:</b> Processo de coleta de dados, estudo e acompanhamento contínuo e sistemático das variáveis ambientais, com o objetivo de identificar e avaliar - qualitativa e quantitativamente - as condições dos recursos naturais em um determinado momento, assim como as tendências ao longo do tempo.</p>
<b>Recursos Hídricos</b>	<b>Recursos Hídricos:</b> Águas superficiais ou subterrâneas disponíveis para o uso, que necessitam de estudos prévios sobre seu potencial de qualidade e quantidade suficiente para atender às demandas identificadas.
<b>Saneamento Básico</b>	<p><b>Saneamento Básico:</b> Conjunto de medidas adotadas em uma região ou município para atender à condição de bem-estar de sua população, por meio de infraestrutura e serviços de: abastecimento público de água potável; coleta, tratamento e disposição final adequada dos esgotos sanitários; drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, além da limpeza urbana e o manejo e destinação final dos resíduos sólidos.</p> <p><b>Resíduos Sólidos:</b> Materiais que resultam das atividades humanas, como rejeitos industriais e minerais, restos de obras e lixo doméstico, que muitas vezes podem ser reutilizados ou reciclados.</p> <p><b>Efluentes Líquidos:</b> Resíduos em meio aquoso provenientes de indústrias, esgotos domésticos e redes pluviais. Apresentam elevado potencial de contaminação química, física e biológica e necessitam passar por tratamento antes de serem lançados no ambiente.</p>

TEMAS	DEFINIÇÃO
Áreas Verdes e Espaços Públicos Urbanos	<p><b>Arborização Urbana:</b> Vegetação plantada ou nativa imprescindíveis para garantir a qualidade de vida nas cidades, destinadas para fins como controle climático, sombreamento, absorção da poluição atmosférica, amortecimento sonoro, abrigo para a fauna, embelezamento da paisagem, lazer, dentre outros benefícios.</p> <p><b>Espaço Público Urbano:</b> Área de grande porte localizada nas cidades ou em seu entorno. É destinada a atender a todo o município, podendo abrigar um grande número de estruturas e diversidade de atividades, especialmente aquelas relacionadas ao lazer esporádico e a preservação e conservação ambiental.</p>
Economia Verde	<p><b>Economia Verde:</b> Mercado de pagamento por serviços ambientais, que engloba as iniciativas de geração de renda associada à conservação ambiental. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) define Economia Verde como "uma economia que resulta em melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz os riscos ambientais e a escassez ecológica". Os elementos da economia verde incluem: oferta de empregos, consumo consciente, reciclagem, reutilização de bens, uso de energia limpa e valorização da biodiversidade.</p> <p><b>Desenvolvimento Sustentável:</b> Modelo de desenvolvimento que prioriza a um só tempo progredir a economia, garantir a justiça social e promover a conservação ambiental, sendo capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações.</p> <p><b>Produtividade Sustentável:</b> Processos de produção que aliam o uso racional dos recursos naturais (florestas, solo, água e ar) e o desenvolvimento socioeconômico. Buscam a perpetuidade das fontes naturais de produtos, os valores sociais e ciclos da economia, de forma que alie os conhecimentos tradicionais e acadêmico-científicos.</p>
Conscientização Ambiental	<p><b>Educação Ambiental:</b> Processo por meio do qual o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente - bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.</p>
Ferramentas de Gestão	<p><b>Ferramentas de Gestão:</b> Conjunto de recursos diversos (humanos, financeiros e físicos), tecnologias (conhecimentos e instrumentos), planos e bases legais (legislação) destinados a atender eficientemente às demandas administrativas.</p> <p><b>Gestão Ambiental Compartilhada:</b> Conjunto de ações coordenadas e integradas entre os setores governamentais e a sociedade civil, que atendem de maneira racional os diferentes usos dos recursos naturais e as práticas que primem pela conservação da qualidade do meio ambiente.</p> <p><b>Política Pública Municipal:</b> Conjunto de instrumentos legais e ações que primam pelo atendimento das necessidades de toda a sociedade do município. Deve ser promovida de forma continuada, em favor da coletividade e por todos os Poderes Públicos, independente de mandatos de governos, vereanças, juízes e promotores.</p>
Parcerias Políticas, Técnicas e Financeiras	<p><b>Relações de Parcerias:</b> Formas de integração entre segmentos e setores sociais, como governos, empresas e organizações da sociedade civil, compondo arranjos institucionais para alcançar objetivos comuns e atender interesses da coletividade e o bem comum de toda a sociedade.</p>

## Processo de Trabalho

O processo metodológico utilizado ocorreu em quatro fases: (i) realização de diagnóstico participativo; (ii) definição das questões ambientais comuns; (iii) construção das diretrizes para a gestão ambiental municipal; e (iv) apresentação dos resultados.

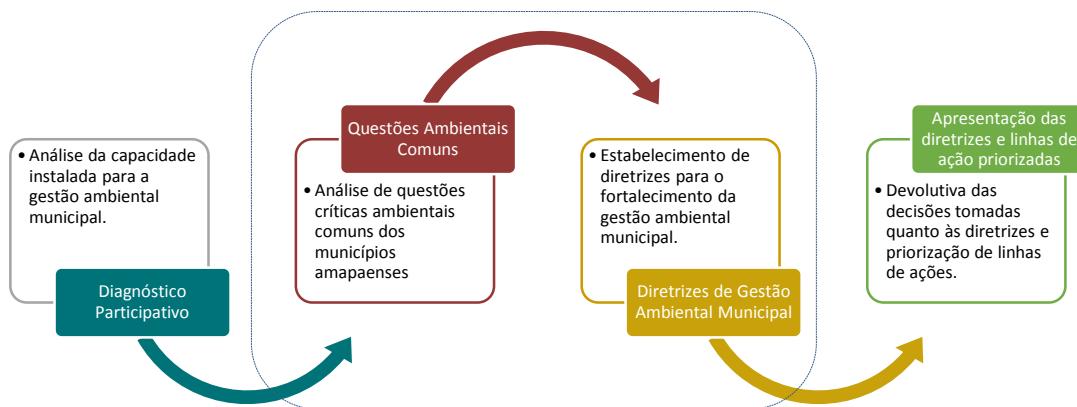


Figura 10: Organograma das etapas de diagnóstico e planejamento da Gestão Ambiental Municipal.

O levantamento de dados foi realizado no segundo semestre de 2016, visando a construção de diagnósticos da gestão ambiental, por meio da identificação variáveis que interferem na qualidade do serviço público municipal, no contexto do desenvolvimento da gestão ambiental. Informações e dados foram coletados por meio de visitas, consultas a relatórios e processos, entrevistas semiestruturadas e questionários aplicados aos OAMs dos 16 Municípios do Estado<sup>31</sup>. Esta etapa do trabalho gerou *Diagnósticos da Gestão Ambiental dos Municípios do Amapá*<sup>32</sup> com o objetivo de contribuir com a formulação de estratégias, visando à boa qualidade da gestão ambiental municipal pretendida pelo gestor público e esperada pela população.

Com o objetivo de contribuir para o fortalecimento da governança ambiental municipal e estadual, fazendo uso das informações coletadas durante a realização dos *Diagnósticos da Gestão Ambiental dos Municípios do Amapá*, foi programado o *Encontro Amapaense de Gestores Estaduais e Municipais de Meio Ambiente*, que teve como tema central a gestão ambiental e territorial dos municípios amapaenses.

O evento foi realizado em Macapá nos dias 14 e 15 de fevereiro de 2017 e teve como público prioritário os Secretários Municipais de Meio Ambiente e suas equipes, alguns Prefeitos e representantes de OAMs. Com a presença de aproximadamente 70 participantes, foi apresentado e discutido o trabalho realizado, transmitindo a situação institucional dos Órgãos Ambientais Municipais Amapaenses.

Ao final do *Encontro*, foi considerada a necessidade de dar continuidade aos trabalhos por meio da realização de oficinas regionais, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento local

<sup>31</sup> Amapá. Governo do Estado. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Diagnóstico da gestão ambiental municipal / Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Assessoria de Municipalização (ASSEMUN); Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM). – Macapá: Sema, 2017 - <http://www.amazonia-ibam.org.br/biblioteca/publicacao>

<sup>32</sup> Diagnósticos realizados para os 16 municípios amapaenses com versão impressa e eletrônica. Ver em <http://www.amazonia-ibam.org.br/biblioteca/publicacao/>

sustentável, sob a ótica da gestão ambiental. Ressalta-se a demanda estava diretamente relacionada ao momento vivido pelas novas administrações municipais, sendo fundamental a formulação de diretrizes e metas orientadoras para os respectivos planos de gestão ambiental e desenvolvimento sustentável.

Naquela ocasião, os participantes tomaram as seguintes decisões referentes à realização das oficinas: (i) o público prioritário escolhido foi de gestores(as) da área de meio ambiente municipal; (ii) a composição dos municípios nas oficinas regionais foi realizada levando em consideração a proximidade geográfica, os aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais, assim como problemas em comum – detectados no Encontro, a partir da apresentação dos diagnósticos; (iii) a duração prevista de dois dias de atividades por oficina; (iv) os focos de interesse por região; (v) os municípios anfitriões; e (vi) o cronograma.

O planejamento do Ciclo de Oficinas ocorreu conforme o apresentado a seguir:

**Quadro 5:** Planejamento do Ciclo de Oficinas Regionais de *Planejamento da Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável*.

OFICINAS REGIÃO	MUNICÍPIOS	ANFITRIÃO	2017	FOCOS DE INTERESSE
1ª Leste	Cutias do Araguari Itaubal do Piririm Macapá Mazagão Santana	Macapá	13-14/mar	Licenciamento focado em atividades urbanas (industrial e transporte de minerais, terrestres e orla), agronegócio, Floresta Estadual (exploração).
2ª Centro	Ferreira Gomes Pedra Branca Porto Grande Serra do Navio	Porto Grande	15-16/mar	Acordo de cooperação técnica, madeireiras, mineradoras e agronegócio, Floresta Estadual (exploração).
3ª Norte	Amapá Calçoene Oiapoque Pracuúba Tartarugalzinho	Amapá	30-31/mar	Aspectos técnicos e legais do licenciamento (inclusive condicionantes), para setores mineral, florestal e petróleo, questão pesqueira, conservação do estoque pesqueiro (lagos), agronegócio e Floresta Estadual (exploração).
4ª Sul	Laranjal do Jari Vitória do Jari	Laranjal do Jari	04-05/abr	Condicionantes de licenciamentos (hidrelétrica, mineradoras, extrativistas, setor florestal), apoio técnico (capacitação, informação, repasse de tecnologias, troca de conhecimento).

As oficinas foram realizadas respeitando o cronograma proposto pelos gestores municipais, ocorrendo apenas uma inversão de datas entre as regiões norte e sul, motivada pelo regime de

chuvas. Foram realizadas com a duração prevista e a prioridade do público foi mantida em gestores(as) públicos(as) da área de meio ambiente dos municípios. Cada oficina recebeu uma média de 20 participantes. Também participaram, em menor proporção, vereadores, representantes de ONGs, sindicatos e associações locais.

Alinhadas aos objetivos anteriormente citados, as oficinas focaram na capacitação dos gestores e respectivas equipes, no sentido de reconhecer e analisar questões ambientais comuns das regiões do Amapá, técnicas de planejamento e conceitos da gestão ambiental, de modo a contribuir com o fortalecimento dos OAMs na estrutura municipal.

Vale ressaltar o fortalecimento do processo de parcerias estabelecidas entre os participantes, o que permitiu aprofundar o conhecimento sobre a gestão ambiental - o que é, limites e desafios - com a inserção de outros temas para além dos instrumentos de comando e controle usualmente considerados pelos gestores ambientais.

Ainda nesse contexto, cada uma das quatro oficinas foi norteada pelos seguintes objetivos: (i) equacionar os problemas ambientais locais por meio do Método FOFA; (ii) construir diretrizes de atuação; (iii) definir linhas de ação e atividades para o fortalecimento da gestão ambiental nos municípios; (iv) priorizar ações de gestão ambiental.

Os participantes discutiram sobre a realidade municipal dos temas ambientais previamente definidos e anteriormente apresentados, com o uso do Método FOFA. Foram identificadas formas de (i) explorar e ampliar forças; (ii) gerar e aproveitar oportunidades; (iii) enfrentar e vencer fraquezas; e (iv) minimizar e evitar ameaças.

Foram propostas ações exequíveis visando atender a cada um dos temas de gestão ambiental abordados. Ao mesmo tempo, foram registradas questões impeditivas ao trabalho direto dos participantes, mas que podem ser influenciadas por outras instâncias. Essas questões também são fundamentais para o direcionamento de etapas posteriores do processo, como a implementação e o monitoramento de resultados e impactos.



Figura 11: Foto da configuração das tarjetas da Análise FOFA da Oficina da Região Leste do Amapá  
Foto: Rosan Fernandes

Nesse contexto, foi criada uma matriz com sínteses da opinião coletiva sobre cada tópico de discussão levantado. A análise dos fatores permitiu traçar as principais linhas de ação e suas atividades para cada tema.

Durante a oficina, a partir das falas dos participantes nos debates, foi realizada uma listagem das instituições citadas. A matriz gerada foi encaminhada aos gestores dos OAMs para a inserção de informações quanto ao grau de interação das instituições com o respectivo órgão, bem como seu poder de influência sobre a gestão ambiental local. Desta forma, foi possível verificar instituições que embora tenham forte poder de influência, ainda tem uma participação tímida ou não participam efetivamente das questões ambientais dos municípios, possibilitando que os gestores locais tracem estratégias de incentivo.

Por fim, foram construídas diretrizes e linhas de ação prioritárias.



Figura 12: Participantes da Oficina da Região Leste do Amapá - Macapá, em 13 e 14/03/2017  
Foto: Mariney Souza

Contudo, ressalta-se a necessidade de uma ação devolutiva das decisões tomadas nas oficinas. Para tanto, torna-se fundamental que estejam presentes, e reunidos, os protagonistas do planejamento da gestão ambiental municipal, com o objetivo de validar e alinhar as decisões que envolvam mais de um ator para sua concretização.

Posteriormente, deverão ser determinados para cada atividade: principais executores, orçamento necessário, fontes de recursos, público envolvido, assim como locais a serem trabalhados. Na etapa de implementação das diretrizes, destaca-se a importância da participação da sociedade na gestão ambiental, necessariamente, por representantes de todos os segmentos sociais e de todas as esferas de governo. Assim, ressalta-se a necessidade de garantir a participação de grupos com poder de atuação e influência na área ambiental.



## RESULTADOS OBTIDOS

### Matriz de Análise FOFA da Gestão Ambiental

A partir do método de análise FOFA, os quadros a seguir apresentam a visão dos participantes sobre as relações estabelecidas entre os ambientes interno e externo e as linhas temáticas apresentadas.

**Quadro 6:** Matriz de Análise FOFA da Gestão Ambiental com questões comuns à Região Leste - Macapá, 13 e 14 de março de 2017.

LINHAS TEMÁTICAS	FATORES ANALISADOS			
	FORÇAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Cobertura Florestal	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Existência de cobertura florestal.</li> <li>- Cobertura florestal em bom estado de conservação.</li> <li>- Limpeza de áreas/desmatamentos com permissão legal.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pouca fiscalização e monitoramento da cobertura florestal.</li> <li>- Focos de desmatamento por expansão urbana e incêndios.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Código Florestal. Demais legislação sobre vegetação nativa.</li> <li>- Mecanismos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA).</li> <li>- Parceiras com demais órgãos públicos e instituições ambientais: MMA, AMAZON, INPE, ISA.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Valor de mercado da madeira nativa.</li> <li>- Período de estiagem aumenta o risco de incêndios florestais criminosos.</li> </ul>
Uso e Ocupação do Solo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Existência de Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo: Macapá e Santana.</li> <li>- Existência de Plano Diretor: Macapá e Santana.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Inexistência de Plano de Uso e Ocupação do Solo: Itaubal, Cutias e Mazagão</li> <li>- Pouca participação nas decisões sobre o uso e ocupação do solo: Itaubal, Cutias e Mazagão.</li> <li>- Pouco conhecimento sobre situação fundiária.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estatuto das Cidades prevê que Planos Diretores foquem em áreas urbanas e rurais</li> <li>- Fontes de recursos para elaboração de Planos Diretores e Setoriais: Ministério das Cidades, emendas parlamentares, universidades.</li> <li>- Recente lei que define a Região Metropolitana de Macapá: Macapá, Santana e Mazagão.</li> <li>- Mercado imobiliário.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Mercado Imobiliário.</li> <li>- Regularização fundiária ineficiente.</li> </ul>

LINHAS TEMÁTICAS	FATORES ANALISADOS			
	FORÇAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Áreas Protegidas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Existência de unidades de conservação: Macapá, Santana e Mazagão.</li> <li>- Participação (dos OAMs) nos conselhos (das UCs): Macapá, Santana e Mazagão. Existência de remanescentes de quilombos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Parte dos (remanescentes de) quilombos não é oficialmente reconhecida.</li> <li>- Pouco conhecimento (dos gestores municipais) sobre a situação das APPs e Reserva Legal.</li> <li>- Proprietários/produtores com pouco conhecimento sobre a legislação ambiental.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- SNUC e Código Florestal.</li> <li>- Geração de recursos com as áreas protegidas: ecoturismo, PSA, extrativismo, piscicultura.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Interferência de grupos econômicos e políticos.</li> </ul>
Cadastramento Ambiental Rural (CAR)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conhecimento sobre a situação do CAR nos diagnósticos (feitos por SEMA/IBAM).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pouco conhecimento sobre o sistema do CAR pelos gestores públicos e proprietários.</li> <li>- Baixa capacidade de acompanhar o CAR: equipe reduzida, poucos equipamentos, poucas informações.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Parcerias com órgãos públicos a fins para acompanhar o cadastramento e a implantação do CAR: INCRA, SEMA/IMAP, ICMBio, RURAP/Sec. Agricultura.</li> <li>- Sansões previstas pelo não cadastramento.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Prorrogação do prazo do CAR.</li> </ul>
Licenciamento, Fiscalização e Monitoramento Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Emissão de autorização ambiental para atividades no município.</li> <li>- Promovem fiscalização:</li> <li>- Macapá e Santana. Arcabouço legal municipal.</li> <li>- Fiscalização integrada para fiscalizar poluição sonora: Santana e Macapá.</li> <li>- Incentivo funcional financeiro.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não promovem fiscalização ambiental: Itaubal, Cutias e Mazagão.</li> <li>- Equipe técnica deficitária: capacitação técnica e administrativa.</li> <li>- Logística deficitária: equipamentos, combustível, SIG.</li> <li>- Gestor sem afinidade com a gestão ambiental: equipe de governo.</li> <li>- Baixa capacidade para monitoramento.</li> <li>- Conselhos e Fundos de Meio Ambiente inativos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Parcerias com órgãos afins: (governamentais) SEMA, IBAMA, ICMBio, INPE; e (não governamentais) AMAZON, ISA.</li> <li>- Legislação que prevê as competências estaduais e municipais.</li> <li>- Parcerias com órgãos de poder de polícia para fiscalização integrada.</li> <li>- Capacitações em licenciamento, fiscalização e monitoramento: IBAM, SEMA.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Demanda crescente.</li> <li>- Interferências externas: políticas, sociais, econômicas.</li> <li>- Descontinuidade do serviço público.</li> <li>- Pasta de Meio Ambiente não priorizada.</li> </ul>

LINHAS TEMÁTICAS	FATORES ANALISADOS			
	FORÇAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<b>Recursos Hídricos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Abundância de recursos hídricos.</li> <li>- Alto potencial pesqueiro.</li> <li>- Meio de transporte.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Poluição por resíduos domésticos: líquidos; sólidos.</li> <li>- Ausência de planos de ordenamento costeiro.</li> <li>- Política de Educação Ambiental frágil.</li> <li>- Supressão de matas ciliares.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Mercado pesqueiro.</li> <li>- Lei estadual de recursos hídricos.</li> <li>- Aquífero Alter do Chão.</li> <li>- Potencial turístico.</li> <li>- Contaminação dos rios: química.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação de batalhos extensiva e desordenada.</li> <li>- Ausência de comitês de bacias hidrográficas.</li> <li>- Falta de regulamentação para o uso de recursos hídricos.</li> <li>- Manejo (incorrecto) de água de lastro.</li> </ul>
<b>Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aterro sanitário em Macapá.</li> <li>- Consórcio Intermunicipal para aterro: Macapá, Mazagão e Santana.</li> <li>- Plano de saneamento: Santana - elaborado; Mazagão e Macapá em elaboração.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cutias e Itaubal sem plano de saneamento.</li> <li>- Lixões em: Mazagão, Cutias, Itaubal e Santana.</li> <li>- Poluição de resíduos sólidos e líquidos.</li> <li>- Política de Educação Ambiental frágil.</li> <li>- Capacidade técnica baixa para elaboração do PMSB.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Convênio com o estado para manutenção do sistema de resíduos sólidos.</li> <li>- Parcerias: Sec. das Cidades, universidades; contratos: empresas privadas.</li> <li>- Convênio com FUNASA (até 50 mil hab.) e Caixa Econômica Federal (acima de 50 mil hab.) para PMSB.</li> <li>- Convênio com Calha Norte-PMSB (em) elaboração.</li> <li>- Mercado de produtos reciclados (e de) reaproveitamento: eletrônicos, pneus, plásticos, vidro.</li> <li>- Lei de logística reversa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Indústrias pesqueiras, terrestres e de transporte fluvial descartam óleo indiscriminadamente.</li> <li>- Contaminação de águas superficiais e subterrâneas: cemitérios, fossas negras, lixões, agrotóxicos e postos de gasolina.</li> </ul>

LINHAS TEMÁTICAS	FATORES ANALISADOS			
	FORÇAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Áreas Verdes e Espaços Públicos Urbanos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Existência de áreas de ressaca: municípios litorâneos.</li> <li>- Áreas públicas com potencial para áreas verdes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Gestão ineficiente sobre as áreas de ressacas: invasões.</li> <li>- Falta de planejamento para espaços públicos urbanos.</li> <li>- Falta de plano de arborização urbana.</li> <li>- Manutenção ineficiente de praças e logradouros públicos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Possibilidade de cinturão verde.</li> <li>- Alto potencial das espécies nativas para arborização urbana.</li> <li>- Parceria com empresas para arborização urbana: programas de adoção.</li> <li>- Medidas compensatórias para áreas verdes urbanas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Baixa cultura da população sobre arborização urbana.</li> </ul>
Economia Verde	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Biodiversidade: fauna e flora (e minerais).</li> <li>- Conhecimento tradicional: técnicas extrativistas. Famílias agricultoras com a posse de terras.</li> <li>- Unidades de conservação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ausência de políticas de apoio às cadeias produtivas tradicionais.</li> <li>- Falta de apoio para a estruturação da cadeia produtiva da agricultura familiar.</li> <li>- Pouca estrutura e capacitação para o turismo.</li> <li>- Ausência de instrumento legal específico para economia verde.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conhecimento tradicional.</li> <li>- Mercados de produtos de base extrativista. (Crescente mercado de produtos de origem natural).</li> <li>- Potencial turístico: Amazônia; Geográfico (equador, extremo litoral brasileiro).</li> <li>- Zona Franca Verde.</li> <li>- (Programa) Pró-Extrativismo: IEF.</li> <li>- Técnicas de manejo dos recursos naturais.</li> <li>- Mecanismos de PSA existentes.</li> <li>- Expansão de monoculturas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Agricultura convencional com agrotóxico.</li> <li>- Biopirataria.</li> <li>- Expansão de monoculturas: soja e eucalipto.</li> </ul>
Conscientização Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ações pontuais de educação ambiental.</li> <li>- Existência de escolas (e demais grupos organizados: igrejas, associação de produtores e pescadores).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de programas e planos de educação ambiental.</li> <li>- Baixa articulação para parceria público-privada.</li> <li>- Poucos recursos: humanos e financeiros.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Legislação e programas nacionais de educação ambiental.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de interesse político.</li> </ul>

## Matrizes de Relações Interinstitucionais dos OAMs

**Quadro 7:** Matriz de Relações Interinstitucionais do OAM de Cutias do Araguarí (AP)

SEGMENTO SOCIAL	INSTITUIÇÃO		GRAU DE INTERAÇÃO	PODER DE INFLUÊNCIA
	SIGLA OU DESIGNAÇÃO	NOME		
<b>Órgãos Governamentais</b>	BATALHÃO AMBIENTAL	Batalhão Ambiental da Polícia Militar do Amapá	Médio	Médio
	CALHA NORTE	Programa Calha Norte - Ministério da Defesa	Distante	Baixo
	CÂMARA DOS DEPUTADOS	Câmara dos Deputados	Distante	Baixo
	FUNASA	Fundação Nacional de Saúde	Distante	Médio
	IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Distante	Médio
	ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	Médio	Médio
	IEF	Instituto Estadual de Florestas do Amapá	Distante	Baixo
	IMAP	Instituto do Meio Ambiente e de Ordenamento Territorial do Amapá	Distante	Médio
	INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Médio	Médio
	MP	Ministério Público	Médio	Médio
	MMA	Ministério do Meio Ambiente	Distante	Baixo
	RURAP	Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá	Distante	Médio
	SDR	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural	Distante	Baixo
	SEMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente	Próximo	Alto

SEGMENTO SOCIAL	INSTITUIÇÃO		GRAU DE INTERAÇÃO	PODER DE INFLUÊNCIA
	SIGLA OU DESIGNAÇÃO	NOME		
<b>Instituições de pesquisas</b>	IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	Distante	Baixo
	IEPA	Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá	Distante	Baixo
	INPA	Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia	Distante	Baixo
	INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais	Distante	Baixo
	UNIFAP	Universidade Federal do Amapá	Distante	Baixo
<b>Grupos mistos</b>	COEMA	Conselho Estadual de Meio Ambiente	Médio	Médio
<b>Empresas</b>	CAESA	Companhia de Água e Esgoto do Amapá	Distante	Médio
	CEF	Caixa Econômica Federal	Distante	Baixo
<b>Sociedade civil</b>	IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal	Próximo	Alto
	IMAZON	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia	Distante	Baixo
	ISA	Instituto Sócioambiental	Distante	Baixo

**Quadro 8:** Matriz de relações interinstitucionais do OAM de Macapá (AP).

SEGMENTO SOCIAL	INSTITUIÇÃO		GRAU DE INTERAÇÃO	PODER DE INFLUÊNCIA
	SIGLA OU DESIGNAÇÃO	NOME		
Órgãos Governamentais	BATALHÃO AMBIENTAL	Batalhão Ambiental da Polícia Militar do Amapá	Próximo	Alto
	CALHA NORTE	Programa Calha Norte - Ministério da Defesa	Distante	Baixo
	CAMARA DOS DEPUTADOS	Câmara dos Deputados	Médio	Médio
	FUNASA	Fundação Nacional de Saúde	Distante	Baixo
	IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Distante	Baixo
	ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	Distante	Baixo
	IEF	Instituto Estadual de Florestas do Amapá	Distante	Baixo
	IMAP	Instituto do Meio Ambiente e de Ordenamento Territorial do Amapá	Médio	Médio
	INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Distante	Médio
	MP	Ministério Público	Próximo	Alto
	MMA	Ministério do Meio Ambiente	Distante	Baixo
	RURAP	Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá	Distante	Baixo
Instituições de Pesquisas	SDR	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural	Distante	Baixo
	SEMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente	Próximo	Médio
	IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	Distante	Baixo
	IEPA	Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá	Distante	Baixo
	INPA	Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia	Distante	Baixo
	INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais	Distante	Baixo
	UNIFAP	Universidade Federal do Amapá	Médio	Médio

SEGMENTO SOCIAL	INSTITUIÇÃO		GRAU DE INTERAÇÃO	PODER DE INFLUÊNCIA
	SIGLA OU DESIGNAÇÃO	NOME		
Grupos Mistos	COEMA	Conselho Estadual de Meio Ambiente	Médio	Médio
Empresas	CAESA	Companhia de Água e Esgoto do Amapá	Médio	Médio
	CEF	Caixa Econômica Federal	Distante	Baixo
Sociedade Civil	IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal	Próximo	Médio
	IMAZON	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia	Distante	Baixo
	ISA	Instituto Socioambiental	Distante	Baixo

**Quadro 9:** Matriz de relações interinstitucionais do OAM de Mazagão (AP).

SEGMENTO SOCIAL	INSTITUIÇÃO		GRAU DE INTERAÇÃO	PODER DE INFLUÊNCIA
	SIGLA OU DESIGNAÇÃO	NOME		
Órgãos Governamentais	BATALHÃO AMBIENTAL	Batalhão Ambiental da Polícia Militar do Amapá	Médio	Médio
	CALHA NORTE	Programa Calha Norte - Ministério da Defesa	Distante	Médio
	CÂMARA DOS DEPUTADOS	Câmara dos Deputados	Distante	Alto
	FUNASA	Fundação Nacional de Saúde	Médio	Médio
	IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Distante	Médio
	ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	Distante	Médio
	IEF	Instituto Estadual de Florestas do Amapá	Médio	Alto
	IMAP	Instituto do Meio Ambiente e de Ordenamento Territorial do Amapá	Distante	Médio
	INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Distante	Médio
	MP	Ministério Público	Próximo	Alto
	MMA	Ministério do Meio Ambiente	Distante	Baixo
	RURAP	Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá	Médio	Alto
	SDR	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural	Distante	Médio
	SEMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente	Próximo	Médio

SEGMENTO SOCIAL	INSTITUIÇÃO		GRAU DE INTERAÇÃO	PODER DE INFLUÊNCIA
	SIGLA OU DESIGNAÇÃO	NOME		
Instituições de Pesquisas	IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	Distante	Médio
	IEPA	Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá	Distante	Baixo
	INPA	Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia	Distante	Baixo
	INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais	Distante	Baixo
	UNIFAP	Universidade Federal do Amapá	Médio	Médio
Grupos Mistas	COEMA	Conselho Estadual de Meio Ambiente	Distante	Baixo
Empresas	CAESA	Companhia de Água e Esgoto do Amapá	Médio	Alto
	CEF	Caixa Econômica Federal	Distante	Alto
Sociedade Civil	IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal	Médio	Baixo
	IMAZON	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia	Distante	Baixo
	ISA	Instituto Sócioambiental	Distante	Baixo

**Quadro 10:** Matriz de relações interinstitucionais do OAM de Santana (AP).

SEGMENTO SOCIAL	INSTITUIÇÃO		GRAU DE INTERAÇÃO	PODER DE INFLUÊNCIA
	SIGLA OU DESIGNAÇÃO	NOME		
Órgãos Governamentais	BATALHÃO AMBIENTAL	Batalhão Ambiental da Polícia Militar do Amapá	Médio	Alto
	CALHA NORTE	Programa Calha Norte - Ministério da Defesa	Próximo	Médio
	CÂMARA DOS DEPUTADOS	Câmara dos Deputados	Próximo	Médio
	FUNASA	Fundação Nacional de Saúde	Próximo	Médio
	IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Distante	Baixo
	ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	Distante	Baixo
	IEF	Instituto Estadual de Florestas do Amapá	Distante	Baixo
	IMAP	Instituto do Meio Ambiente e de Ordenamento Territorial do Amapá	Médio	Baixo
	INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Médio	Baixo
	MP	Ministério Público	Próximo	Médio
	MMA	Ministério do Meio Ambiente	Médio	Baixo
	RURAP	Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá	Distante	Baixo
	SDR	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural	Distante	Baixo
	SEMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente	Próximo	Médio

SEGMENTO SOCIAL	INSTITUIÇÃO		GRAU DE INTERAÇÃO	PODER DE INFLUÊNCIA
	SIGLA OU DESIGNAÇÃO	NOME		
Instituições de Pesquisas	IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	Próximo	Médio
	IEPA	Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá	Distante	Médio
	INPA	Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia	Distante	Baixo
	INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais	Distante	Baixo
	UNIFAP	Universidade Federal do Amapá	Médio	Baixo
Grupos Mistas	COEMA	Conselho Estadual de Meio Ambiente	Distante	Baixo
Empresas	CAESA	Companhia de Água e Esgoto do Amapá	Médio	Médio
	CEF	Caixa Econômica Federal	Médio	Baixo
Sociedade Civil	IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal	Próximo	Médio
	IMAZON	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia	Distante	Baixo
	ISA	Instituto Sócio Ambiental	Distante	Baixo

Até a conclusão do presente documento, a equipe do OAM de Itaubal do Piririm (AP) não havia encaminhado a respectiva Matriz de Relações Interinstitucionais.

### Matriz Executiva

A seguir, são apresentadas as ações identificadas como prioritárias, a partir da análise dos temas de gestão ambiental nos municípios, durante a oficina de *Planejamento da Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável*. As ações estão ordenadas em blocos temáticos, de acordo com sua natureza, em cinco linhas estratégicas, a saber:

**Linha Estratégica 1 - Aparelhamento da Secretaria e Instrumentos de Gestão Atualizados**

**Linha Estratégica 2 - Maestria no Comando e Controle**

**Linha Estratégica 3 - Gestão Territorial Primorosa**

**Linha Estratégica 4 - Relações de Parcerias Incrementadas**

**Linha Estratégica 5 - Desenvolvimento da Economia Verde.**

**Quadro 11:** Matriz de Planejamento da Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável dos Municípios da Região Leste do Estado do Amapá. | **Linha estratégica 1 – Aparelhamento da Secretaria e Instrumentos de Gestão Atualizados.**

LINHA TEMÁTICA	AÇÃO
<b>1.1. RECURSOS HUMANOS E FÍSICOS</b>	1.1.1. Investir na ampliação da equipe da Secretaria, primando pela realização de concursos públicos na área ambiental.
	1.1.2. Promover a capacitação pontual e continuada da equipe.
	1.1.3. Manter rotina de reuniões da equipe, visando nivelamento de informação e motivação entre os times.
	1.1.4. Promover atualização frequente de equipamentos, métodos e demais tecnologias.
	1.1.5. Buscar maior interação da SMMA com demais secretarias municipais de governo, de forma que a temática ambiental seja priorizada pelo governo.
<b>1.2. INSTRUMENTOS DE GESTÃO</b>	1.2.1. Reativar ou instalar o Conselho Municipal de Meio Ambiente.
	1.2.2. Buscar recursos financeiros para ativar o fundo de meio ambiente (no caso dos municípios que ainda não tem); e buscar movimentação do Fundo de Meio Ambiente para todos os municípios, com diversificação de fontes de recursos.
	1.2.3. Elaborar programas de gestão ambiental - buscar parceria (com): universidades, SEMA, ONGs.
	1.2.4. Criar banco de dados ambientais para o Município e estudar viabilidade de criação de programa de geoprocessamento na Prefeitura.
	1.2.5. Verificar a necessidade de revisão ou criação do Plano Diretor para o Município.
	1.2.6. Coordenar a criação ou revisão (se necessário) da Lei Municipal de Meio Ambiente e demais políticas municipais de meio ambiente – por exemplo, o Código Ambiental.
	1.2.7. Realizar estudos preliminares para o ZEE do Município, aguardando o macrozoneamento do estado ou região.
	1.2.8. Disseminar a legislação ambiental vigente junto à sociedade.
	1.2.9. Ampliar a parceria com o Ministério Público, de modo a direcionar compensações, acordos jurídicos e conversão de penas para o Fundo Municipal de Meio Ambiente.

**Quadro 12:** Matriz de Planejamento da Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável dos Municípios da Região Leste do Estado do Amapá. | Linha estratégica 2 – Maestria no Comando e Controle.

LINHA TEMÁTICA	AÇÃO
<b>2.1. LICENCIAMENTO AMBIENTAL</b>	2.1.1. Contratar e manter equipe (fixa) qualificada para o licenciamento e a fiscalização.
	2.1.2. Fortalecer relação com a SEMA para aprimorar ou se habilitar para o licenciamento ambiental no Município.
	2.1.3. Disseminar informações sobre licenciamento ambiental para o meio empresarial e de prestação de serviços, em parceria com associação comercial e demais organizações de representação de classe.
<b>2.2. FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL</b>	2.2.1. Criar programa de fiscalização integrada, em parceria com demais órgãos de fiscalização (Polícia Ambiental, SEMA, IBAMA, ICMBio).
	2.2.2. Adquirir equipamentos e veículos para fiscalização e monitoramento ambiental (banco de dados, gps, viatura).
	2.2.3. Promover a troca de experiência com órgãos fiscalizadores e demais municípios da região sobre fiscalização.
	2.2.4. Promover a disseminação sobre a legislação ambiental vigente junto à comunidade local e ao meio empresarial.
<b>2.3. MONITORAMENTO AMBIENTAL</b>	2.3.1. Estruturar setor de geoprocessamento (dentro da Secretaria ou incentivar em outro setor).
	2.3.2. Participar de programas de monitoramento ambiental: SEMA/AP e MMA, por exemplo. Identificar alvos de monitoramento (água, ar, solo, som, visual) que mais apresentam impactos ao Município e monitorá-los.
<b>2.4. COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS</b>	2.4.1. Liderar a criação de programa integrado de prevenção e controle de incêndios florestais, junto a empresas, corpo de bombeiro, brigadistas voluntários, proprietários rurais, com simulações de acidentes, mapeamento de vias de acesso e fonte de água etc.
	2.4.2. Promover a disseminação de técnicas que substituem as queimadas de pastagens e agricultura.

**Quadro 13:** Matriz de Planejamento da Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável dos Municípios da Região Leste do Estado do Amapá. | Linha estratégica 3 – Gestão Territorial Primorosa.

LINHA TEMÁTICA	AÇÃO
<b>3.1. COBERTURA FLORESTAL</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>3.1.1. Promover reuniões de informação e esclarecimento sobre a legislação e os benefícios da cobertura florestal, com proprietários rurais, técnicos da Prefeitura e de empresas, órgãos ambientais, MP, entre outros.</li> <li>3.1.2. Realizar mapeamento periódico de cobertura florestal no Município, com destaque para o déficit de cobertura de APP.</li> <li>3.1.3. Incentivar e acompanhar a regularização ambiental dos imóveis rurais após o cadastramento no CAR.</li> <li>3.1.4. Buscar participação em programa de monitoramento da cobertura florestal da Amazônia (MMA, INPE).</li> <li>3.1.5. Estudar mecanismos de PSA adequados ao Município, especialmente sobre cobertura florestal, que possam gerar recursos financeiros.</li> <li>3.1.6. Implantar viveiro de mudas de espécies nativas (local) e de produção para fomentar ações de recuperação de áreas degradadas, arborização urbana e agroecologia, e fortalecer a agricultura, dentre outros.</li> </ul>
<b>3.2. CADASTRAMENTO AMBIENTAL RURAL (CAR)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>3.2.1. Ampliar conhecimento sobre o CAR: situação do cadastramento.</li> <li>3.2.2. Divulgar informações sobre o CAR e orientações para sua elaboração junto aos proprietários rurais.</li> <li>3.2.3. Influenciar a elaboração do cadastramento dos imóveis rurais do Município ainda não cadastrados.</li> </ul>
<b>3.3. ÁREAS PROTEGIDAS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>3.3.1. Mapear as APPs e estimar a área total de Reserva Legal no Município.</li> <li>3.3.2. Incentivar proprietários rurais a identificar em campo as APPs e RL de suas propriedades.</li> <li>3.3.3. Disseminar conhecimento sobre áreas protegidas, especialmente APP e RL, junto aos proprietários rurais e afins.</li> <li>3.3.4. Ampliar o conhecimento da equipe sobre as Unidades de Conservação existentes no Município (Lei nº 9.985/2000).</li> <li>3.3.5. Ampliar a participação na gestão das UCs presentes no território do Município.</li> </ul>

LINHA TEMÁTICA	AÇÃO
<b>3.4. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO</b>	3.4.1. Elaboração/revisão do Plano de Uso e Ocupação do Solo.
	3.4.2. Ampliar conhecimento sobre a situação fundiária e influenciar sua regularização.
	3.4.3. Aprimorar as ferramentas (Lei e base de dados) de uso e ocupação do solo.
	3.4.4. Garantir o fortalecimento técnico e político da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.
<b>3.5. SANEAMENTO BÁSICO</b>	3.5.1. Influenciar a revisão, criação e implantação do Plano Municipal de Saneamento Básico e atrair investimento para implantá-lo.
	3.5.2. Acompanhar e influenciar a formação de consórcio intermunicipal para aterro sanitário coletivo (Macapá, Santana e Mazagão).
	3.5.3. Promover ações de sensibilização sobre resíduos sólidos e efluentes líquidos direcionadas aos comerciantes e à população em geral.
	3.5.4. Promover ações de sensibilização juntos aos ribeirinhos e demais usuários dos rios.
	3.5.5. Buscar a implantação de usinas de reciclagem e de compostagem (mesmo que privadas).
	3.5.6. Buscar parcerias para ações (melhor gestão) nos rios: Capitânia dos Portos/Marinha.
<b>3.6. RECURSOS HÍDRICOS</b>	3.6.1. Ampliar conhecimento e participar do monitoramento dos recursos hídricos junto à (ao): IEPA, CAESA, SEMA.
	3.6.2. Influenciar a criação e participar ativamente dos comitês das bacias hidrográficas existentes em seu território.
	3.6.3. Propor a regulamentação sobre o uso de recursos hídricos no Município.
	3.6.4. Conscientizar a população sobre a importância da economia da água potável, coibindo o desperdício.
	3.6.5. Buscar soluções conjuntas com demais órgãos públicos para os impactos causados pela criação de búfalos.

LINHA TEMÁTICA	AÇÃO
<b>3.7. ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS</b>	3.7.1. Elaborar e/ou implantar plano ou programa de arborização e áreas verdes.
	3.7.2. Mapear e monitorar qualquantitativamente as áreas verdes das áreas urbanizadas.
	3.7.3. Informar e sensibilizar a sociedade local para a importância das áreas verdes.
	3.7.4. Criar programa de adoção de áreas verdes, a serem geridos por empresas e particulares, com criação de viveiro de mudas (nativas e exóticas ornamentais).
<b>3.8. CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL</b>	3.8.1. Criar programa de educação ambiental em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, com curso de formação de agentes multiplicadores (professores) e projetos em suas escolas e comunidades.
	3.8.2. Promover audiências públicas sobre a Gestão Ambiental, em parceria com Câmara Municipal, Ministério Público e demais órgãos ambientais.

**Quadro 14:** Matriz de Planejamento da Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável dos Municípios da Região Leste do Estado do Amapá. | Linha estratégica 4 – Relações de Parceiras Incrementadas.

LINHA TEMÁTICA	AÇÃO
<b>4.1. PARCERIAS POLÍTICAS, TÉCNICAS E FINANCEIRAS</b>	<p>4.1.1. Firmar parcerias formais com demais órgãos públicos, ONGs e empresas para a gestão ambiental.</p> <p>4.1.2. Firmar parcerias formais com universidades instituições afins para levantamentos e pesquisas sobre a biodiversidade presente no Município.</p> <p>4.1.3. Fortalecer as parcerias internas, junto aos demais setores da Prefeitura.</p> <p>4.1.4. Levantar periodicamente editais de financiamento de projetos ambientais e submeter propostas baseadas nas ações deste Plano de Gestão Ambiental.</p>
<b>4.2. GESTÃO AMBIENTAL COMPARTILHADA</b>	<p>4.2.1. Criar programas integrados de: fiscalização ambiental (IBAMA, SEMA, Polícia Ambiental, ICMBio etc.); e de prevenção e controle de incêndios florestais (brigadas privadas, brigadas voluntárias, Corpo de Bombeiros, ICMBio etc.).</p> <p>4.2.2. Instalar e/ou reativar o Conselho Municipal de Meio Ambiente e capacitar os conselheiros para a gestão ambiental compartilhada.</p> <p>4.2.3. Desenvolver parcerias com as principais empresas locais para incrementar as ações de sustentabilidade, bem como seus resultados e impactos positivos.</p> <p>4.2.4. Promover o envolvimento e buscar dividir tarefas de gestão ambiental compartilhada com proprietários rurais e empreendedores.</p> <p>4.2.5. Buscar atrair para o Município, ações de organizações profissionais que atuam com o desenvolvimento sustentável (produção sustentável, reciclagem).</p>
<b>4.3. GESTÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS</b>	<p>4.3.1. Buscar aproximação e desenvolver ações em parceria com os gestores das Unidades de Conservação existentes no Município.</p> <p>4.3.2. Participar das reuniões dos conselhos gestores da(s) unidade(s) de conservação presente(s) no Município.</p> <p>4.3.3. Buscar aproximação com representantes de proprietários rurais e organizar eventos e atividades sobre APPs, Reservas Legais e RPPNs.</p>
<b>4.4. RECURSOS HÍDRICOS</b>	<p>4.4.1. Buscar aproximação com órgãos e empresas de gestão do sistema de coleta e distribuição da água para influenciar melhores práticas de gestão.</p> <p>4.4.2. Incentivar a organização de grupos da sociedade civil para a promoção de ações de conservação da água.</p>

**Quadro 15:** Matriz de Planejamento da Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável dos Municípios da Região Leste do Estado do Amapá. | Linha estratégica 5 – Desenvolvimento da Economia Verde.

LINHA TEMÁTICA	AÇÃO
<b>5.1. PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS</b>	5.1.1. Estudar modelos já consolidados de desenvolvimento sustentável para o Município e buscar implantação dos mesmos, como exemplo do Programa de Municípios Verdes.
	5.1.2. Estudar os mecanismos de Pagamento por Serviços Ambientais e buscar adequação de modelos mais apropriados para o Município.
	5.1.3. Influenciar políticas de incentivos à Economia Verde no Município.
	5.1.4. Influenciar a criação de um plano municipal de turismo em contato com a natureza.
	5.1.5. Coordenar a formação de grupo de trabalho entre prefeituras para estudar mecanismos do ICMS-E no estado e propor eventuais ajustes para sua melhoria na ótica do interesse municipal.
	5.1.6. Ampliar conhecimento sobre Compensação Ambiental e formas de favorecimento das OAMs.
<b>5.2. CADEIAS PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS</b>	5.2.1. Identificar e disseminar alternativas para a produção sustentável: em pastagens, com os métodos de manejo rotativo; e na produção agrícola com base na agroecologia.
	5.2.2. Incentivar a ampliação do cadastramento dos pequenos produtores nos programas PAA e PNAE, que se baseiam em práticas sustentáveis.
	5.2.3. Influenciar os mecanismos de apoio às cadeias produtivas dos municípios, incentivando e incrementando cada etapa da exploração de recursos florestais, como castanha, açaí, dentre outros.
	5.2.4. Disseminar informações e promover ações sobre atividades produtivas sustentáveis e seus benefícios para o bem estar da sociedade (cartilhas, seminários, feiras de produtos orgânicos).

## ANÁLISE DOS RESULTADOS

O principal resultado da *Oficina de Planejamento da Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável* é o processo de construção da matriz de análise FOFA, direcionada aos temas gestão ambiental e à realidade dos municípios analisados neste trabalho. Contudo, devem ser explicitados outros importantes resultados alcançados, junto aos gestores ambientais, tais como:

- O entendimento da real dimensão do trabalho que compete aos OAMs, proporcionado pela discussão, a um só tempo, de todos os temas de gestão ambiental relevantes no contexto do presente trabalho;
- O enriquecimento de conhecimento sobre alguns conceitos da temática ambiental;
- A capacitação sobre o método de planejamento empregado na oficina, com participação efetiva das equipes dos OAMs; e
- O contato e a troca de experiências entre os gestores ambientais dos diferentes municípios participantes.

Após o preenchimento da matriz de análise FOFA, foi realizado o cruzamento dos dados apresentados com o objetivo de identificar as melhores formas de solucionar questões prementes, aproveitando ao máximo os potenciais dos OAMs e as oportunidades para a gestão.

## Sobre os Temas de Gestão Ambiental

### - Cobertura Florestal

A região possui significativa porcentagem de cobertura florestal, caracterizada por seu bom estado de conservação. Contudo, os gestores necessitam manter um mapeamento desta cobertura, de modo a quantificá-la e identificar as áreas que sofrem ameaças e ações como desmatamento e incêndios florestais. Também é importante que os OAMs participem de programas de monitoramento da cobertura florestal, junto ao INPE, SEMA e MMA.

Por se tratar da única região metropolitana do estado, a Região Leste sofre ameaça significativa com a expansão urbana - decorrente da especulação imobiliária - e o crescimento desordenado. Paralelo a isso, a capacidade de fiscalização das Secretarias é limitada e são poucas as ações identificadas para coibir o desmatamento por parte dos demais órgãos de fiscalização. Em contrapartida, o mercado de madeira é bastante promissor. Para reverter o desmatamento na região, existe a possibilidade da implantação de programas de pagamento por serviços ambientais, gerando renda com as áreas recobertas pela vegetação nativa.

### **- Uso e Ocupação do Solo**

Para a obtenção de melhores resultados de gestão territorial, a administração municipal necessita ampliar seus conhecimentos sobre o uso e a ocupação do solo. Os municípios de Macapá e Santana encontram-se melhor estruturados para o controle sobre a gestão territorial, contando com ferramentas como Planos Municipais de Uso e Ocupação do Solo e Plano Diretor.

A recém-lei complementar que amplia a Região Metropolitana de Macapá (Lei nº 96/2016), incluiu Mazagão, além de Macapá e Santana, já anteriormente incluídos. Esta é uma das oportunidades para o ordenamento territorial nos quatro municípios que integram a região. Ressalta-se que Itaubal do Piririm e Cutias do Araguari não fazem parte da Região Metropolitana. Contudo, todos os OAMs apresentam conhecimento restrito sobre a situação fundiária dos imóveis rurais, sendo necessário o esforço dos gestores municipais para ampliação do conhecimento sobre esta situação.

### **- Áreas Protegidas**

Com relação às áreas protegidas nos municípios abrangidos por este relatório, destacam-se as unidades de conservação e remanescentes quilombolas, os quais foram apontados durante a oficina e cujos dados básicos foram levantados durante a etapa de diagnóstico dos municípios (SEMA/AP-IBAM, 2016) e complementados posteriormente. O quadro 16 reúne as unidades de conservação existentes nos municípios em questão e em seguida são apresentados mapas das mesmas.

Os gestores de Macapá, Santana e Cutia participam dos conselhos das UCs que incidem sobre seus municípios, o que é bastante positivo, garantindo proximidade com a gestão destas unidades e um conhecimento mínimo sobre as mesmas. Os municípios de Cutias do Araguari e Itaubal do Piririm são os únicos do Estado do Amapá que não possuem unidades de conservação em seus territórios.

O Município Macapá conta com diversas comunidades quilombolas na sua área territorial, algumas já com títulos definitivos emitidos pela Fundação Cultural Palmares – FCP, tais como Curiaú, Mel da Pedreira e Conceição do Macacoari. Existem ainda outras áreas que se encontram em processo de regularização.

Apesar do conhecimento teórico sobre áreas protegidas, os gestores municipais devem buscar incrementá-lo com seus aspectos práticos e a base legal que as define. Também é de fundamental importância a obtenção de maior conhecimento quanto as oportunidades de ganhos com as áreas protegidas da região, especialmente as UCs, que podem trazer benefícios com programas de PSA, ecoturismo, incrementos em cadeias produtivas do extrativismo e demais.

De modo geral, o conhecimento sobre as áreas protegidas nos municípios é bastante restrito junto aos proprietários e posseiros, tanto no teor do Código Florestal, quanto sobre a realidade de campo das Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal. Isso indica a necessidade de um trabalho de disseminação sobre os aspectos legais e práticos das áreas a serem protegidas, de acordo com a lei. Este trabalho pode ser realizado por meio de seminários com este público e especialistas no tema, bem como por meio da divulgação do assunto em meios de comunicação que alcancem os mesmos.

**Quadro 16:** Unidades de Conservação da Região Leste do Estado do Amapá, por jurisdição, em ordem cronológica de criação, no ano de 2008.

NOME	JURISDIÇÃO/ DOMÍNIO	INSTRUMENTO DE CRIAÇÃO	GRUPO	ÁREA (HECTARE)	% DO TERRITÓRIO ESTADO DO AMAPÁ	MUNICÍPIOS ABRANGIDOS
<b>Reserva Extrativista do Rio Cajari</b>	Federal	Decreto Federal nº 99.145/1990; Decreto s/n, 30/9/1997	Uso Sustentável	501.771,00	3,51	Laranjal do Jari, Mazagão, Vitória do Jari.
<b>Reserva Particular do Patrimônio Natural Retiro Paraíso</b>	Particular (federal)	Portaria IBAMA nº 86-N/1997	Uso Sustentável	46,75 <sup>a</sup>	<0,01	Macapá
<b>Reserva Particular do Patrimônio Particular REVECOM</b>	Particular (federal)	Portaria IBAMA nº 54-N/1998	Uso Sustentável	17,18	<0,01	Santana
<b>Reserva Particular do Patrimônio Natural Aldeia Ekinox</b>	Particular (federal)	Portaria IBAMA nº 91/2000	Uso Sustentável	10,87	<0,01	Macapá
<b>Área de Proteção Ambiental da Fazendinha</b>	Estadual	Decreto Territorial nº 20/1984; Lei Estadual nº 873/2004	Uso Sustentável	136,59	<0,01	Macapá
<b>Reserva Biológica do Parazinho</b>	Estadual	Decreto Territorial nº 5/1985	Proteção Integral	111,32	<0,01	Macapá
<b>Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru</b>	Estadual	Lei Estadual nº 392/1997	Uso Sustentável	806.184,00	5,64	Laranjal do Jari, Mazagão, Pedra Branca do Amapari e Porto Grande.
<b>Área de Proteção Ambiental do Rio Curiaú</b>	Estadual	Lei Estadual nº 431/1998	Uso Sustentável	21.676,00	0,15	Macapá
<b>Floresta Estadual do Amapá</b>	Estadual	Lei Estadual nº 1.028/2006	Uso Sustentável	2.369.400,00 <sup>b</sup>	16,25	Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari, Mazagão, Porto Grande, Ferreira Gomes, Tartarugalzinho, Pracuúba, Amapá, Calçoene e Oiapoque.

NOTAS: <sup>a</sup>) A RPPN Retiro Paraíso encontra-se sobreposta à APA do Rio Curiaú; <sup>b</sup>) A Floresta Estadual do Amapá possui uma área total de 2.369.400,00 ha, todavia parte de sua área encontra-se sobreposta a três unidades de conservação, nas seguintes proporções: PARN do Cabo Orange (3.111,05 ha), RDS do Rio Iratapuru (36.542,14 ha) e RPPN Seringal Triunfo (9.442,06 ha).

FONTE: Pesquisas em arquivos do IBAMA, SEMA, PMSN e PMPBA.

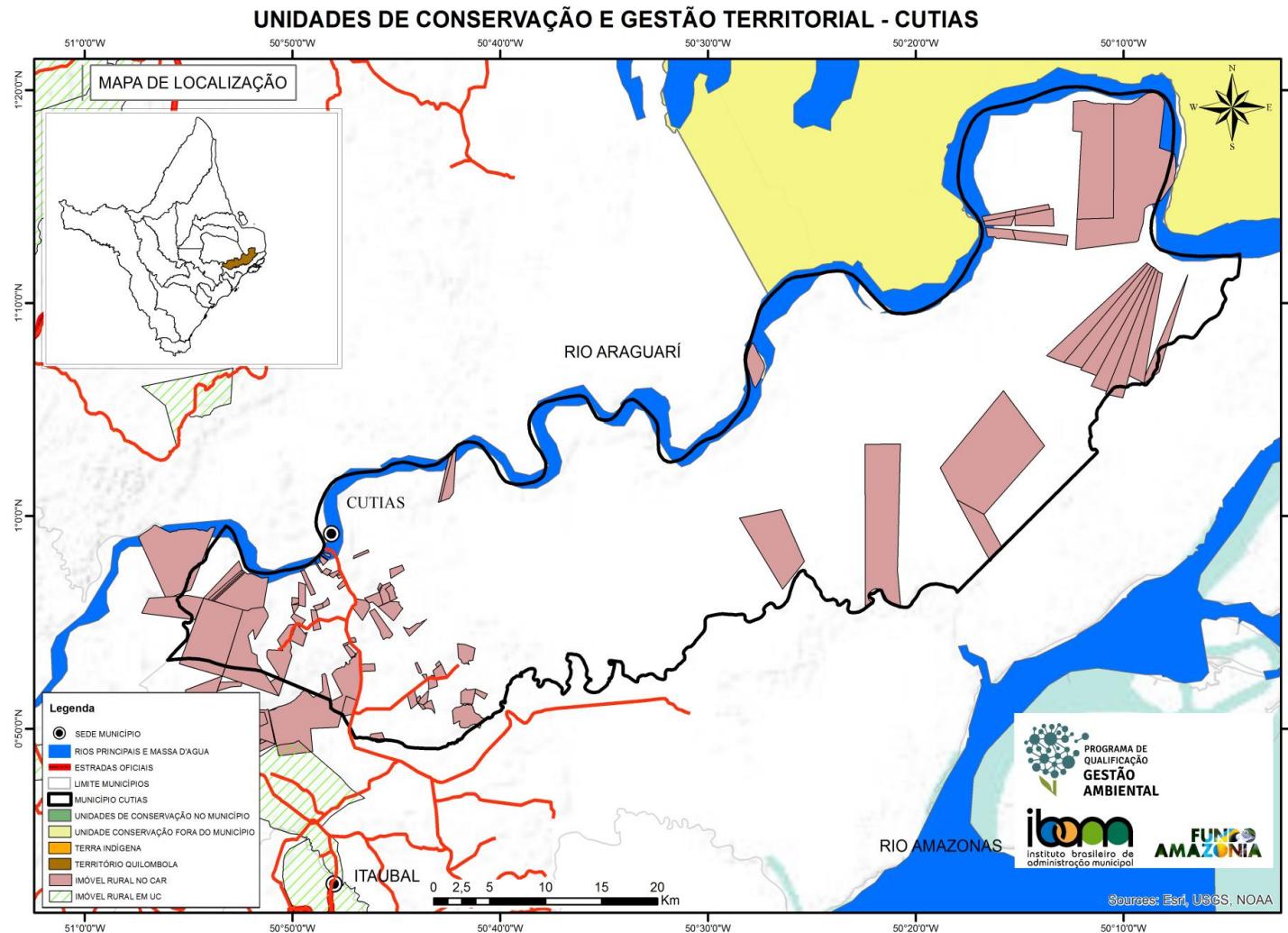


Figura 13: Mapa das Unidades de Conservação do Município de Cutias do Araguari (AP). | Fonte: IBAM, 2016.

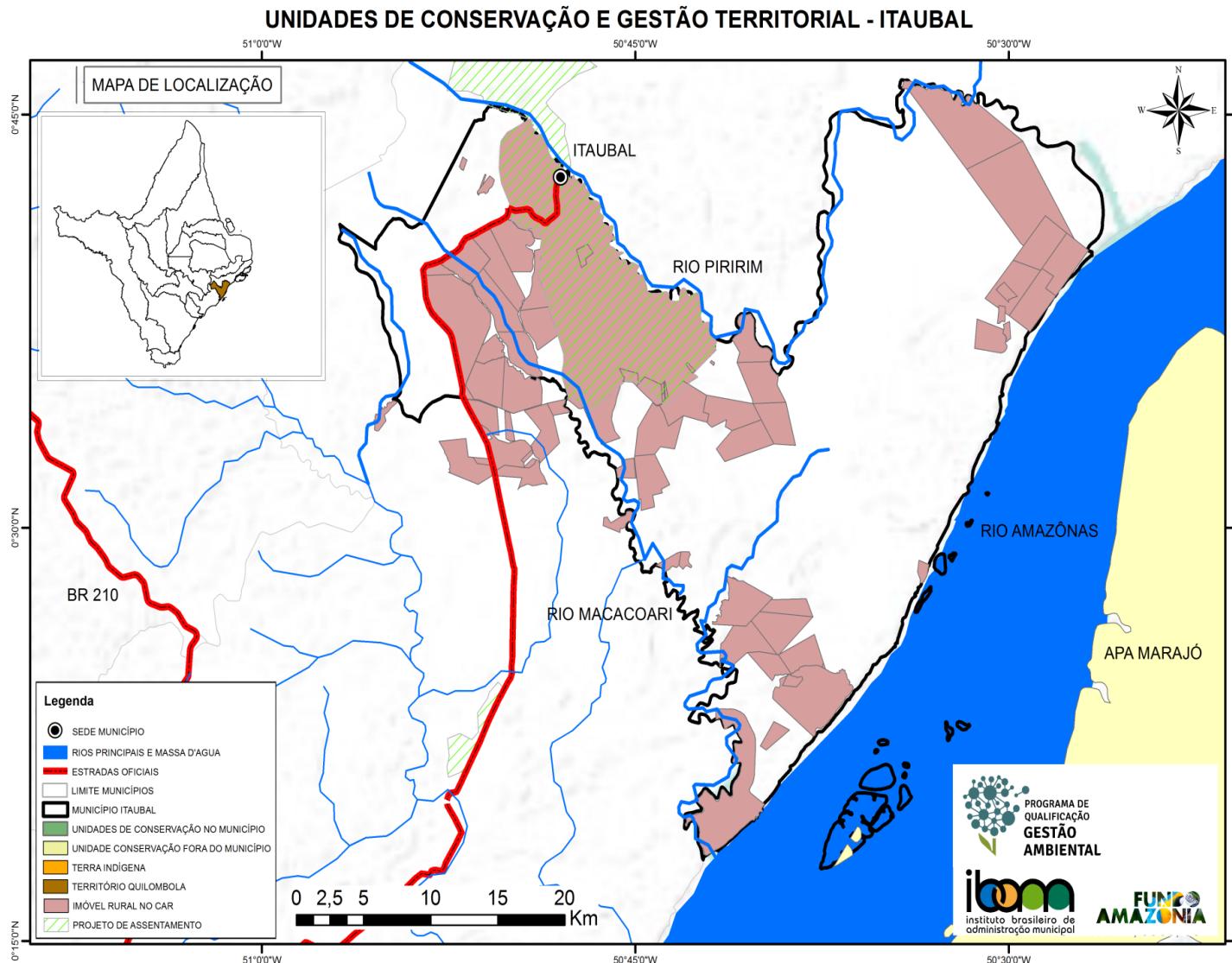


Figura 14: Mapa das Unidades de Conservação do Município de Itaubal do Piririm. | Fonte: IBAM, 2016.

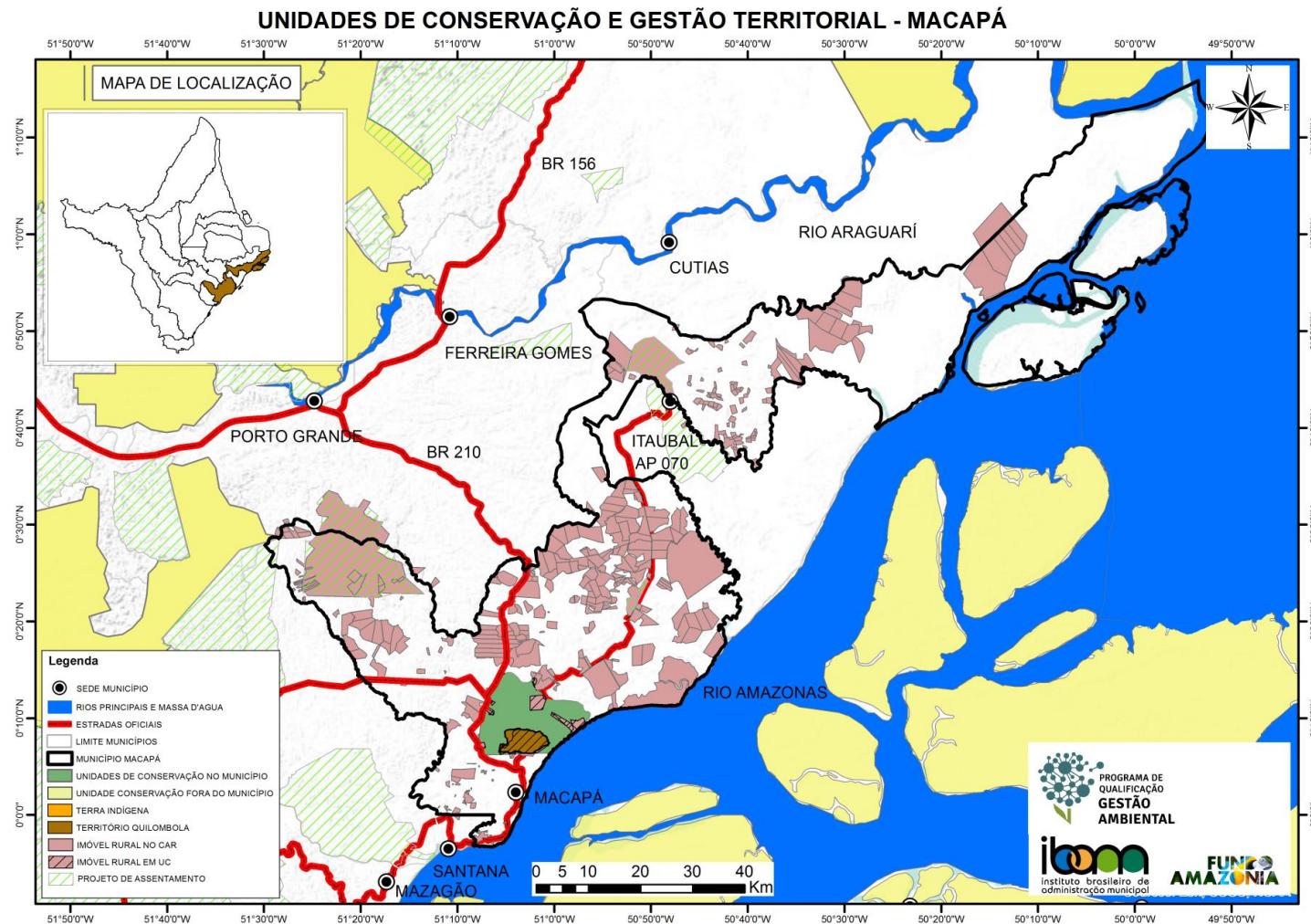


Figura 15: Mapa das Unidades de Conservação do Município de Macapá (AP). | Fonte: IBAM, 2016.

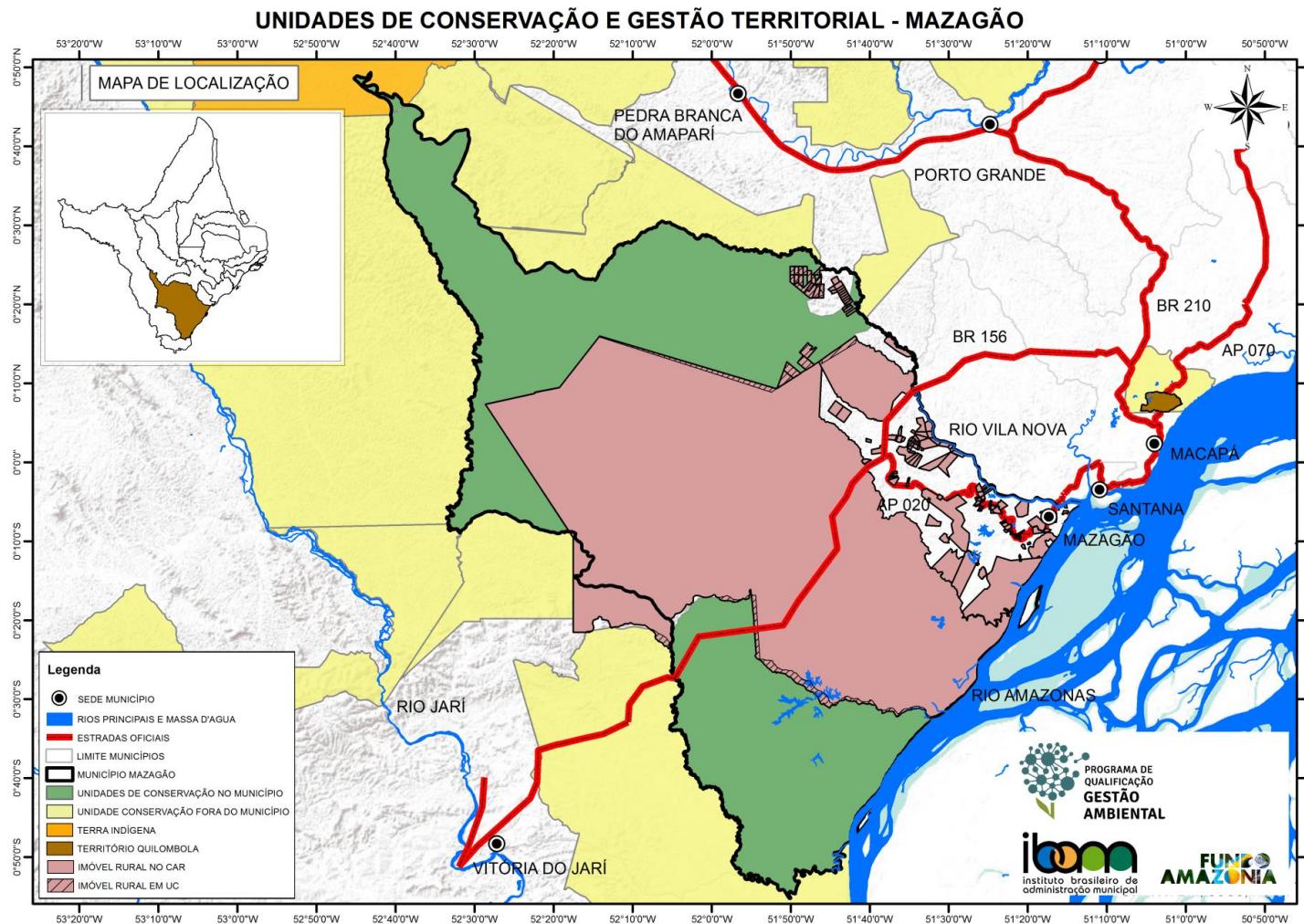


Figura 16: Mapa das Unidades de Conservação do Município de Mazagão (AP). | Fonte: IBAM, 2016.

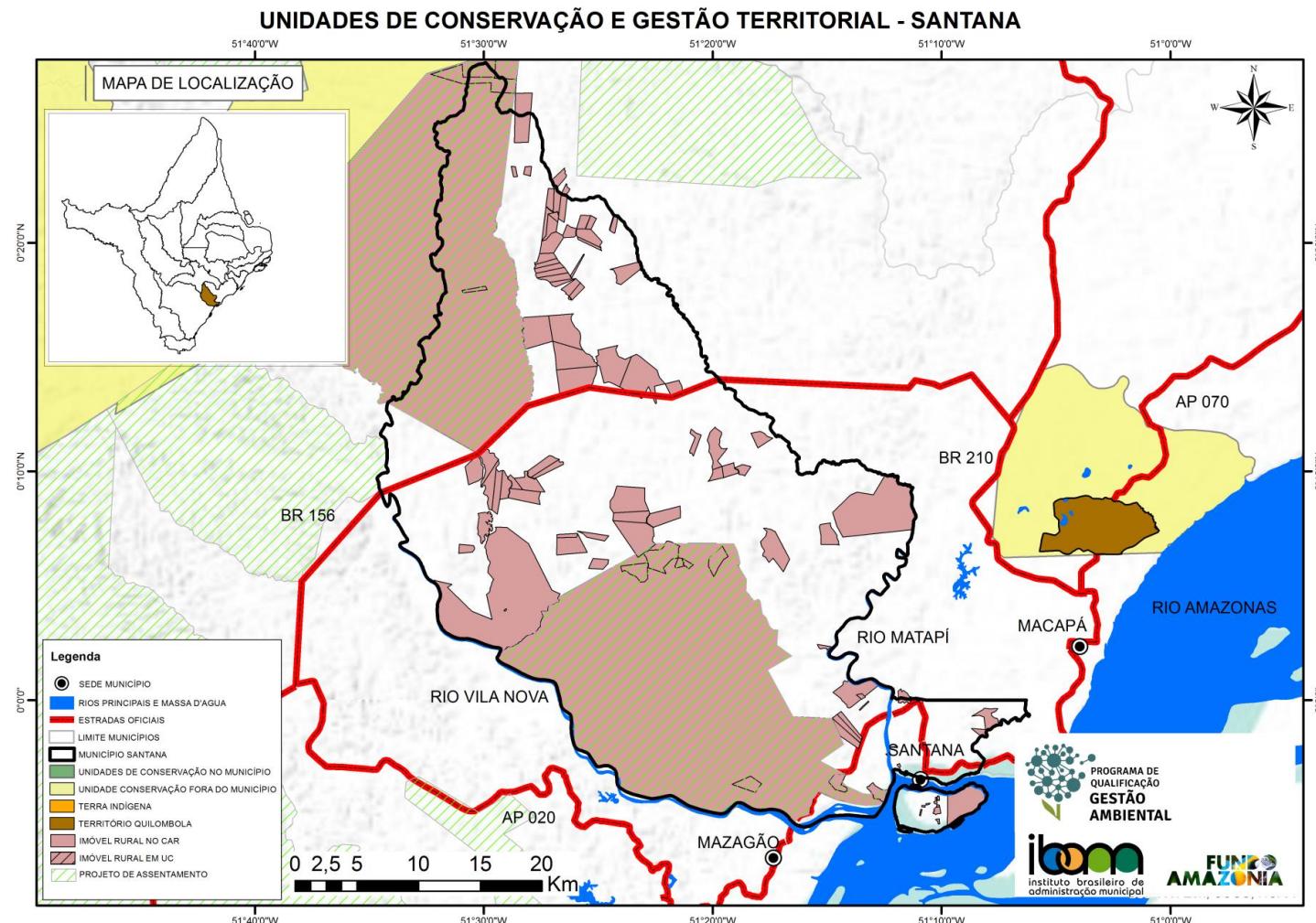


Figura 17: Mapa das Unidades de Conservação do Município de Santana (AP). | Fonte: IBAM, 2016.

### **- CAR | Cadastro Ambiental Rural**

Até o momento, os gestores locais possuem poucas informações sobre o andamento do cadastramento das propriedades rurais no Município, mas têm conhecimento que o INCRA ainda não iniciou o trabalho de cadastramento nos assentamentos da região. De todo modo, é necessário um trabalho de divulgação de informações sobre o CAR e orientações para sua elaboração junto aos proprietários rurais. Também é de fundamental importância que seja realizado o acompanhamento da situação do cadastramento, visando melhor entendimento sobre a realidade local.

Após a validação do CAR, os OAMs terão aumentada a responsabilidade de monitorar e incentivar a adequação ambiental dos imóveis rurais, com a aplicação do Código Florestal, identificação em campo e recuperação das Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal.

### **- Licenciamento, Fiscalização e Monitoramento Ambiental**

Os OAMs de todos os municípios da região leste emitem autorização ambiental para empreendimentos em suas localidades. No entanto, apenas Macapá e Santana promovem o licenciamento ambiental de atividades de impacto local. O mesmo se aplica para a fiscalização ambiental, realizada pelos OAMs de Macapá e Santana, basicamente para poluição sonora.

O destaque de Macapá e Santana está relacionado ao tamanho dos orçamentos municipais, uma vez que os municípios de maior porte apresentam maior número de atividades de impactos locais que necessitam de licenciamento. Nos municípios de menor porte, como Mazagão, Cutias do Araguari e Itaubal do Piririm, também existem tais atividades, no entanto, em escala muito reduzida.

De modo geral, todas as cinco administrações municipais necessitam reavaliar a capacidade de promover as ações de comando e controle ambiental, salientando-se que o OAM é o órgão competente nestas localidades para o licenciamento e a fiscalização de atividades de impacto local. Dentre outros quesitos, como a habilitação para o licenciamento, os OAMs necessitam: (i) aumentar e melhor qualificar suas equipes técnicas e administrativas; (ii) adquirir os equipamentos necessários à realização destas ações; (iii) verificar a necessidade de atualização do arcabouço legal municipal, frente às mudanças nas legislações estadual e federal.

É fortemente recomendado que os OAMs criem um programa de fiscalização ambiental integrado aos outros órgãos de fiscalização com poder de polícia, como SEMA, IBAMA, ICMBio, Batalhão Ambiental etc.

Outros fatores que influenciam a capacidade de comando e controle dos OAMs são: (i) o incentivo funcional financeiro, com premiação para os agentes que apresentem maiores e melhores resultados na fiscalização ambiental, e (ii) a afinidade do gestor ambiental com o órgão, visto que em alguns casos, a posição de tomador de decisão sobre a gestão ambiental é ocupada por cargo político, que no mais das vezes não detém conhecimento específico ao tema.

Todos os cinco municípios necessitam desenvolver um trabalho voltado para o monitoramento ambiental, com destaque para a cobertura florestal, os recursos hídricos e as questões socioambientais. Para iniciar estas ações, recomenda-se o envolvimento com programas de monitoramento ambiental conduzidos por instituições públicas e privadas e já bastante consolidados, como os programas de monitoramento do INPE, MMA e SEMA, bem como com ISA e IEB. Também é fortemente recomendada a criação de setor de geoprocessamento nos OAMs ou em outro setor da Prefeitura, ou a busca por um maior envolvimento com este setor caso já exista, além do apoio às outras linhas de ação da gestão ambiental.

#### **- Recursos Hídricos**

Todo o Estado do Amapá apresenta rica abundância de recursos hídricos, o que não se mostra diferente para os municípios foco deste documento. Além da abundância dos cursos d'água superficiais, existem também águas subterrâneas com alta qualidade para o abastecimento. Nesse contexto, destaca-se o aquífero Alter de Chão, sobre o qual estão assentados. Além do abastecimento público, a abundância de água resulta em um alto potencial pesqueiro e de vias para meio de transporte de passageiros e cargas, salientando-se a existência do porto de Santana na região - o maior entreposto de mercadorias do Estado. Os recursos hídricos também são grandes atrativos para o turismo, sobretudo nos balneários existentes na região.

No entanto, verifica-se a presença de poluição em muitos trechos dos rios da região por resíduos domésticos líquidos e sólidos, sobretudo na região metropolitana, caracterizada pelo adensamento populacional. Também há diversos locais com contaminação das águas por atividades minerais, seja na atualidade ou no passado recente, salientando-se que o estado do Amapá já passou por ciclos de mineração do ouro, manganês, dentre outros metais.

Ainda há outros impactos sobre os recursos hídricos, causados pelo desmatamento de matas ciliares e manguezais, tanto para a expansão urbana descontrolada quanto para a instalação de pastagens, muitas vezes de maneira extensiva. Esses impactos levam à descaracterização da paisagem, erosão de encostas e assoreamento dos leitos dos rios, poluição e contaminação, diminuindo as potencialidades pesqueiras e de lazer nas águas da região. Também merece destaque a necessidade da criação de Comitês de Bacias Hidrográficas e de Planos de Ordenamento Costeiro para a região e de Regulamentação do Uso dos Recursos Hídricos.

#### **- Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos**

A Região Leste possui o maior aterro sanitário do Estado: o aterro de Macapá. Os demais municípios ainda dispõem o lixo coletado em lixões a céu aberto. Contudo, está sendo planejada a criação de um consórcio intermunicipal para o uso do aterro sanitário de Macapá por Santana e Mazagão. Dos cinco municípios da região, apenas Santana possui seu Plano de Saneamento Básico elaborado, enquanto em Mazagão e Macapá o mesmo encontra-se em fase de elaboração. O grande desafio das administrações municipais será a captação de recursos para a implantação destes planos.

Registra-se que Cutias do Araguari e Itaubal do Piririm ainda não iniciaram a elaboração do Plano de Saneamento Básico, devido à falta de recursos, menor urgência e pressão, uma vez que esses municípios possuem menor número de habitantes e consequentemente menores impactos causados por resíduos sólidos e efluentes líquidos. Contudo, vale destacar que todos os municípios brasileiros possuem um prazo relativamente curto para cumprirem a tarefa de elaborar seus Planos de Saneamento Básico<sup>33</sup>.

O cenário em questão poderá ser melhor gerido a partir de: (i) fortalecimento das políticas públicas de saneamento, estadual e federal, (ii) repasse de tecnologias e recursos financeiros para fomentar a implantação de aterros e programas de gerenciamento de resíduos e efluentes nos municípios. De todo modo, a possibilidade de convênios com instituições afins ao tema podem contribuir sobremaneira para os programas de saneamento, como com a Secretaria das Cidades, FUNSA, CEF, Programa Calha Norte e universidades.

Ressalta-se que o IBAM, por meio de seu Programa de Qualificação para a Gestão Ambiental - Municípios da Amazônia (PQGA) realizou o *Estudo de caso sobre áreas para disposição final de resíduos sólidos: municípios de Cutias do Araguari, Ferreira Gomes e Porto Grande*<sup>34</sup>, que contou com trabalho de campo junto aos gestores municipais. Além de apresentar um diagnóstico da situação, o trabalho indica possíveis soluções para a resolução dos problemas existentes com a coleta e a destinação do lixo nas localidades.

#### **- Áreas Verdes e Espaços Públicos Urbanos**

Os municípios litorâneos apresentam um grande potencial para a criação de áreas verdes e espaços públicos, sobretudo devido aos terrenos existentes nas margens do rio Amazonas onde são raras as construções. Contudo sua gestão merece atenção, garantindo a existência de áreas verdes urbanas que de fato atendam aos seus objetivos paisagísticos e de lazer para a sociedade.

De modo geral, os municípios da região apresentam aptidão para a manutenção de áreas verdes urbanas. Contudo, há fatores limitantes para a criação e a manutenção destas áreas, devido principalmente à gestão municipal ineficiente e falta de planejamento do espaço público. Vale um esforço dos OAMs para a elaboração e implementação de um plano de arborização de áreas verdes urbanas, que pode contar com a parceria de empresas e do comércio local, bem como da população, para a manutenção das mesmas.

---

<sup>33</sup> O Decreto 8.629/2015 alterou para 31 de dezembro de 2017 o prazo para a elaboração do Plano de Saneamento Básico por parte dos municípios. Após esta data, a existência do Plano de Saneamento Básico será condição para o acesso a recursos orçamentários federais destinados a serviços de saneamento básico.

<sup>34</sup> Publicado em <http://www.amazonia-ibam.org.br/biblioteca/publicacao/detalhe/estudo-de-caso-dos-municipios-de-cutias-do-araguari,-ferreira-gomes-e-porto-grande/95>

### **- Economia Verde**

A Economia Verde é uma oportunidade com grande potencial de sucesso para todo o estado do Amapá, sobretudo devido a fatores como: (i) o elevadíssimo índice de cobertura florestal; (ii) a presença de áreas protegidas que dominam seu território; (iii) o conhecimento tradicional do extrativismo; e (iv) a posse de grande parte das terras por famílias de produtores rurais. A esses fatores soma-se o crescente mercado de produtos de origem natural e de produção artesanal.

Nesse sentido, orienta-se que os OAMs estudem os modelos de mecanismos de pagamento por serviços ambientais (PSA) existentes no País e selezionem os mais adequados aos seus municípios, criando um programa próprio, de modo a gerar recursos financeiros com a cobertura florestal existente, incluindo áreas em processo de restauração. É importante conhecer e estudar mecanismos de desenvolvimento com a perspectiva da economia verde e buscar a adequação de modelos para o Município, que respeitem os direitos sociais e promovam a conservação ambiental.

Deve-se buscar também, melhor entendimento sobre as formas de aprimoramento das cadeias produtivas tradicionais, como o extrativismo e a agroecologia junto às famílias produtoras. O turismo em contato com a natureza é outro aspecto a ser desenvolvido nas localidades e para tanto, os OAMs devem buscar parcerias técnicas e comerciais, de modo a incrementar a infraestrutura e atrair público específico para o ecoturismo, por meio de agências especializadas. Todos estes aspectos devem estar previstos em instrumentos legais relacionados ao desenvolvimento da economia verde nos municípios, cuja elaboração e aprovação devem ser influenciadas pelos órgãos gestores do meio ambiente.

### **- Conscientização Ambiental**

A educação ambiental é apontada como uma importante ferramenta para a informação, sensibilização e conscientização da sociedade sobre a importância de conservação ambiental. Assim, os municípios devem contar com Programa de Educação Ambiental que preveja: (i) a qualificação continuada de educadores de diversos níveis de escolaridade e disciplinas; (ii) ações pontuais como eventos em datas comemorativas de temas ambientais e (iii) trabalhos específicos com grupos organizados, como de pessoas idosas, religiosos, associações de bairros, entre outros. Para isso, os gestores precisam dispor dos meios de comunicação de massa, como imprensa escrita, rádio, TV e, principalmente, a internet, sobretudo as redes sociais. Estas ações devem ser realizadas em parceria da Secretaria de Educação, e outras secretarias da estrutura administrativa municipal que se aproximem do tema.

### - Ferramentas de Gestão

Itaubal do Piririm, Cutias do Araguarí, Mazagão e Macapá possuem secretaria exclusiva para a pasta de Meio Ambiente. Apenas Santana possui secretaria mista: a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEMDUH). Destas secretarias, apenas a de Macapá informou possuir equipe técnica suficiente para atender às demandas da gestão ambiental municipal. Sendo assim, todas as demais secretarias necessitam ampliar seu quadro de pessoal, bem como a sua capacidade de gestão ambiental. Em geral, todos os municípios devem buscar a capacitação continuada de seus profissionais e o aumento da integração com outras equipes de órgãos de gestão municipal, promovendo motivação e melhores resultados de gestão.

Para melhor estruturação dos OAMs, os gestores devem prover instrumentos qualificados para a gestão ambiental, como o Plano de Gestão Ambiental, além da atualização ou criação de demais planos e programas temáticos, tais como: Bacia Hidrográfica (plano regional), Uso e Ocupação do Solo, Proteção de Áreas Naturais, Combate ao Desmatamento, Restauração Ambiental e Manejo Florestal, Apoio à Adequação Ambiental Rural, Fiscalização Integrada, Práticas Sustentáveis, Monitoramento da Poluição Atmosférica, Educação Ambiental, dentre outros.

De acordo com o *Diagnóstico de Gestão Ambiental dos Municípios do Amapá*, realizado pela SEMA e pelo IBAM, no final de 2016, foram encontrados os seguintes índices de favorabilidade para a gestão ambiental dos municípios da região:

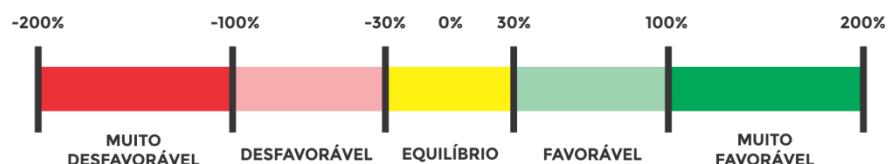


Figura 18: Régua do Índice de Favorabilidade na Qualidade da Gestão Ambiental do Município.

- **Cutias do Araguari:** - 57%, considerado desfavorável;
- **Itaubal do Piririm:** - 24%, considerado em equilíbrio;
- **Macapá:** 33%, considerado favorável;
- **Mazagão:** - 43%, considerado desfavorável; e
- **Santana:** - 17%, considerado em equilíbrio.

O Município de Macapá é o único que conta com Conselho de Meio Ambiente criado e instalado. Cutias do Araguarí, Santana e Itaubal do Piririm por sua vez, têm seus conselhos criados por força de lei, mas ainda não estão instalados ou ativos. Em Mazagão, o Conselho de Meio Ambiente ainda não está efetivamente criado. Além da criação e ativação dos conselhos, é importante que seja promovida a capacitação continuada dos conselheiros, de forma a potencializar a participação das instituições por eles representadas junto ao OAM, tanto na tomada de decisões, quanto na execução de tarefas e no compartilhamento de responsabilidades.

Em situação semelhante aos Conselhos, encontram-se os Fundos Municipais de Meio Ambiente: (i) criado e ativo em Macapá; e (ii) em processo de criação nos outros quatro municípios da Região Leste.

Ressalta-se que entre as possíveis fontes de recursos para alimentar o Fundo, além do orçamento municipal, estão: (i) rendimentos e juros de aplicações financeiras; (ii) multas de fiscalização; (iii) acordos judiciais para conversão de multas em doações ao Fundo; (iv) captação por projetos junto as fontes financiadoras. Ressalta-se, também, que é preciso realizar avaliações periódicas sobre a efetividade dos recursos captados para o Fundo, no que diz respeito a sua aplicação na gestão ambiental e aos resultados alcançados. Quando se fizer necessário, alternativas para complementar o Fundo devem ser buscadas, inclusive considerando-se o fortalecimento político da Secretaria, relacionado ao incremento nas relações internas com a equipe de gestão do governo.

Quatro dos municípios da Região Leste possuem Código Municipal de Meio Ambiente (Política Municipal de Meio Ambiente), previsto como forma de lei: Macapá, Santana, Cutias do Araguarí e Mazagão. Apenas Itaubal do Piririm ainda não possui seu Código Municipal de Meio Ambiente. É importante ressaltar que este é um dos instrumentos primordiais para nortear a gestão ambiental no Município sendo, portanto, emergencial para o OAM.

Um banco de dados ambientais é outra importantíssima ferramenta de gestão ambiental, ainda ausente nos cinco municípios. Existe grande probabilidade de que muitas informações relevantes para este banco estejam dispersas nos demais órgãos municipais, ou ainda, se encontrem disponíveis para consultas junto aos órgãos estaduais e federais de meio ambiente e outros parceiros como universidades e ONGs.

Para reunir estas informações e estruturar um banco de dados consistente com imagens de satélites, mapas temáticos, dados estatísticos e demais componentes fundamentais à boa gestão, reforça-se a necessidade dos OAMs possuírem ou manterem estreita relação com um setor de geoprocessamento.

### **- Parcerias Políticas, Técnicas e Financeiras**

De modo geral, todos os municípios realizam ações pontuais em parceria com outros órgãos de gestão ambiental, sendo estes públicos ou privados, contudo, sem a formalização deste processo. Frente a isso, recomenda-se fortemente que os OAMs realizem levantamento para

identificar seus principais parceiros e buscar aproximação e formalização da parceria, de modo a atender suas necessidades de gestão.

Os OAMs também devem buscar parceria com representações da sociedade civil que tenham afinidade com o tema, proprietários rurais, empreendedores e a população em geral, para promover a conscientização e buscar dividir tarefas de gestão ambiental compartilhada. Ainda, devem buscar atrair para o Município ações de organizações profissionais que atuam com o desenvolvimento sustentável.

A participação dos gestores municipais em comitês e conselhos locais e regionais é muito restrita ou inexistente. Isso ocorre principalmente devido à inexistência desses grupos ou à falta de cultura de representatividade, verificada em todos os setores da gestão municipal. Além disso, de modo geral, ainda existem poucas iniciativas para manter a atividade de grupos participativos de discussões e decisões sobre a gestão. Todos estes aspectos são comuns em quase todos os municípios da região, limitando sobremaneira as oportunidades de desenvolvimento institucional dos órgãos e a gestão ambiental como um todo.

Destaca-se a necessidade latente da criação de comitês de bacia hidrográfica na Região Leste, visando melhor gerenciar os recursos hídricos das porções de bacias presentes nos municípios. Além dos benefícios aos recursos hídricos, esta ação tende a desenvolver as Secretarias a partir da aproximação de demais programas de gestão e instituições ambientais da região.

## **Sobre as Relações de Parcerias**

### **- Município de Cutias do Araguari**

Os gestores de Cutias do Araguari reconheceram com médio poder de influência as principais instituições federais de comando e controle e ordenamento territorial, como IBAMA e o ICMBio, assim como o IMAP na esfera estadual; e com baixo poder de influência o IEF. Estes resultados apontam para a pouca atuação destas instituições na localidade e a necessidade de maior presença das mesmas junto à gestão municipal. Somente a SEMA foi reconhecida pelos gestores como uma instituição com alto poder de influência e próxima à gestão ambiental no Município.

Os órgãos de extensão rural foram retratados com relativa participação no Município, aferindo-se médio poder de influência ao RURAP e ao INCRA, e baixo poder de influência no caso da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural. Destas, somente o INCRA foi apontado com média aproximação da gestão ambiental, enquanto os outros dois órgãos foram considerados distantes da realidade municipal.

Três das instituições e oportunidades de financiamento de ações de gestão ambiental foram reconhecidas com baixo poder de influência e distantes da realidade do Município – são eles(as): Programa Calha Norte, Emenda Parlamentar e CEF. Apenas a FUNASA foi reconhecida com médio poder de influência para o fomento de ações e apoio para a gestão ambiental do Município.

Todas as instituições de pesquisa - IEPA, INPA, INPE e UNIFAP - foram apontadas com baixo poder de influência e distantes da gestão ambiental local. Com isso, os gestores municipais têm a importante missão de buscar uma aproximação com estas instituições e tentar promover ações como pesquisas socioambientais, elaboração planos e demais instrumentos de gestão, além de programas de monitoramento ambiental e de admissão de estagiários.

Das organizações do terceiro setor, apenas o IBAM foi reconhecido com alto poder de influência e próxima da gestão ambiental. As demais instituições, como IMAZON e ISA, foram considerados com baixo poder de influência e distantes da realidade municipal. Este resultado sinaliza a necessidade dos gestores locais buscarem atrair mais ações e programas de organizações não governamentais para contribuir com a gestão ambiental no Município.

#### **- Município de Macapá**

De acordo com os gestores ambientais de Macapá, são poucas as instituições governamentais com alto poder de influência sobre a gestão ambiental deste Município, destacando-se apenas o Batalhão Ambiental e o Ministério Público, ambos considerados próximos desta gestão. Já os demais órgãos como SEMA, IMAP e INCRA foram considerados com médio poder de influência, sendo apenas os dois primeiros próximos à gestão local. Os demais órgãos governamentais são considerados distantes da gestão ambiental local, dentre estes o ICMBio - o que faz bastante sentido devido à ausência de unidades de conservação federais no Município. Contudo, o caso do IBAMA merece atenção, uma vez que o Município se encontra na jurisdição deste órgão federal.

Também apresentaram baixo poder de influência da gestão ambiental local, os órgãos de extensão rural, como RURAP e Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural, que apesar de importantes, estão muito distantes da realidade de produção agropecuária local. É importante que a gestão municipal busque maior aproximação com instituições, de modo a atrair ações e programas de apoio ao desenvolvimento da produção rural.

Os gestores de Macapá declararam dificuldades em identificar oportunidades ofertadas por instituições e programas que podem financiar ações de gestão ambiental na localidade, como Emendas Parlamentares, Calha Norte e FUNASA, sendo apenas o primeiro apontado com médio poder de influência sobre a gestão ambiental local. Recomenda-se aos gestores o direcionamento de esforços visando identificar oportunidades oferecidas por estas e outras instituições - e ainda ampliem o conhecimento e aproximação com demais instituições financeiras de projetos, como a CEF, por exemplo.

De forma geral, instituições de pesquisa foram consideradas com baixo poder de influência na gestão ambiental, apesar do grande potencial para o desenvolvimento de parcerias técnicas que podem resultar na elaboração de planos de gestão e programas de conservação, além de pesquisas científicas, oportunidades de estágio etc. A UNIFAP foi a única instituição de pesquisa apontada com médio poder de influência à gestão ambiental municipal.

De modo geral, as organizações não governamentais também foram consideradas com baixo poder de influência e distantes da gestão ambiental local, com exceção do IBAM, considerado com médio poder de influência, mas próximo da gestão local. Este resultado sinaliza a necessidade dos gestores locais buscarem atrair mais ações e programas de organizações não governamentais para contribuir com a gestão ambiental no Município.

### **- Município de Mazagão**

Na opinião dos gestores municipais, algumas instituições com reconhecida importância para a gestão ambiental foram consideradas com médio poder de influência, tais como SEMA, IMAP, IBAMA, ICMBio e FUNASA. Este resultado pode demonstrar que os gestores encontram-se desestimulados ou ainda, que necessitam de estímulos para buscar aproximação e para o desenvolvimento de ações e projetos. Resultados de baixo poder de influência foram apontados para o MMA e o IEPA, sinalizando que estas instituições, apesar da importância, são consideradas distantes da gestão ambiental local e estariam fora da realidade do Município.

Os gestores ambientais indicaram estar distantes de importantes instituições que mantêm fontes de financiamento ou oportunidades para captar recursos financeiros, como a Câmara dos Deputados, por meio de Emenda Parlamentar e Caixa Econômica Federal. O resultado aponta para a necessidade de maior entendimento e aproximação com estas instituições para ampliar a captação de recursos para a gestão ambiental.

Ressalta-se também a importância das instituições que promovem programas de extensão rural no estado, com alto poder de influência na gestão ambiental, como o RURAP. Apesar de distantes da atual gestão, foram citados também INCRA, Calha Norte e Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural - todos com médio poder de influência.

Outras importantes instituições consideradas com baixo poder de influência na gestão ambiental local são as organizações do terceiro setor, como IBAM, IMAZON e ISA. Este resultado provavelmente está associado à baixa cultura de relações interinstitucionais, comum no país, que limita o aproveitamento de oportunidades de projetos em comum. Todas estas instituições mantêm programas de conservação ambiental que podem contribuir sobremaneira para a gestão ambiental local, devendo-se buscar um melhor entendimento sobre seus objetivos e atrair seus trabalhos para a localidade.

### **- Município de Santana**

Os gestores municipais de Santana apontam baixo poder de influência para a gestão ambiental local para instituições reconhecidas na área ambiental, tais como o IBAMA, o ICMBio, o IEF e o IMAP. Estes resultados demonstram a distância que existe entre a gestão dos órgãos federais e estaduais com os órgãos municipais, sendo necessária a aproximação destas instâncias para o cumprimento de suas obrigações de gestão.

Na mesma situação foram analisados os órgãos de extensão rural, como RURAP e Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural, que apesar de importantes, estão muito distantes da realidade de produção agropecuária no Município. Uma maior aproximação com instituições deve ser buscada, de modo a atrair ações de programas de apoio ao desenvolvimento da produção rural.

Os gestores de Santana têm maior reconhecimento de oportunidades de instituições e programas que podem financiar ações de gestão ambiental municipal, tais como a Câmara dos Deputados, por meio de Emendas Parlamentares e o Programa Calha Norte. Recomenda-se que os gestores procurem conhecer melhor as oportunidades oferecidas e busquem aproximação com demais instituições financeiras de projetos, como a CEF.

De forma geral, as instituições de pesquisa foram consideradas com baixo poder de influência na gestão ambiental, apesar do grande potencial para o desenvolvimento de parcerias técnicas que podem gerar a elaboração de planos de gestão e programas de conservação, além de pesquisas científicas, oportunidades de estágio etc.

De modo geral, as organizações não governamentais também foram consideradas com baixo poder de influência, com exceção do IBAM, considerado com médio poder de influência. Este resultado sinaliza a necessidade dos gestores locais buscarem atrair mais ações e programas de organizações não governamentais para contribuir com a gestão ambiental no Município.



## RECOMENDAÇÕES: AÇÕES PRINCIPAIS DE GESTÃO AMBIENTAL

A seguir, encontram-se elencadas as principais ações na busca pela excelência na Gestão Ambiental Municipal. Estas recomendações foram sintetizadas a partir dos resultados das etapas de trabalho, notadamente nos *Diagnósticos da Gestão Ambiental dos Municípios do Amapá* e nas oficinas de *Planejamento da Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável*, seus resultados e análises.

- Implementar melhorias na estrutura da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e garantir equipe mínima para a Gestão Ambiental Municipal, com capacitações continuadas.
- Promover a troca de experiências entre as equipes das Secretarias Municipais da Região Leste (eventos, seminários regionais, entre outros.).
- Criar e/ou manter o Conselho Municipal de Meio Ambiente. Oferecer capacitação aos conselheiros.
- Buscar a criação e/ou a movimentação e a efetivação do Fundo de Meio Ambiente, ampliando a diversidade de fontes e volume da captação de recursos.
- Implantar banco de dados geográficos e ambientais e disponibilizá-lo para utilização em diversas linhas de ação propostas.
- Criar/revisar as Leis Ambientais Municipais e buscar a criação de demais instrumentos necessários à boa gestão ambiental.
- Buscar maior envolvimento com as áreas protegidas existentes no território do município.
- Influenciar e liderar a criação de comissão entre os municípios da região visando a implantação de Programas de Pagamento por Serviços Ambientais, como ICMS-Ecológico.
- Buscar apoio para a implantação de circuitos/roteiros turísticos no meio rural, em contato com a natureza e o modo de vida das comunidades tradicionais da região.
- Promover o nivelamento de conhecimento sobre a Legislação Ambiental junto aos proprietários rurais e incentivar ações de desenvolvimento sustentável, de acordo com os diferentes perfis de propriedades e a realidade do Município.
- Criar programas que promovam a restauração de APP e RL, bem como a valorização dos serviços ambientais prestados pelos ecossistemas naturais ao Município.
- Criar legalmente e implantar cinturão verde ao longo dos cursos d'água que circundam a área urbana da sede do Município, com ações de recuperação florestal e criação de unidades de conservação municipais e RPPNs.

- Criar programas integrados de fiscalização ambiental, combate e prevenção de incêndios florestais, junto às diversas instituições afins.
- Ampliar conhecimento sobre o perfil das propriedades rurais do município, o que deverá ser atendido pelo Cadastro Ambiental Rural.
- Ampliar o conhecimento sobre as associações e cooperativas de pequenos produtores e buscar o planejamento junto a este público para melhores usos e ocupações do solo, assim como o bom manejo da paisagem.
- Buscar ou ampliar o envolvimento em Programas de Monitoramento Ambiental (cobertura florestal, focos de incêndios, recursos hídricos) de instituições de diferentes áreas.
- Incrementar as relações de parceria (governos, empresas, organizações da sociedade civil e grupos mistos), firmando Termos e Acordos para o desenvolvimento de programas em conjunto, buscando melhores resultados frente ao potencial de apoio dos diversos parceiros.
- Liderar a criação de instâncias de gestão regional, como Consórcios de Bacia Hidrográfica, Comissão Regional Legislativa de Meio Ambiente etc.

### **Propostas de Programas e Planos de Gestão Ambiental**

Os programas e planos de gestão ambiental são essenciais para ordenar as ações e atividades a serem executadas pelos OAMs, bem como para dividir as tarefas de cada equipe de gestão.

Durante as etapas de planejamento e análise dos resultados obtidos com o presente trabalho, os gestores ambientais municipais indicaram planos e programas identificados como necessários. São eles:

- Programa de Fiscalização Integrada (IBAMA, Polícia Ambiental, SEMA, AGED, AGERP);
- Programa de Licenciamento Ambiental;
- Programa de Educação Ambiental e Comunicação;
- Programa Integrado de Prevenção e Controle de Incêndios Florestais;
- Programa de Combate ao Desmatamento;
- Programa Multissetorial de Recuperação da Cobertura Florestal (proprietários rurais, assentamentos rurais, sindicatos, associações, empresas, SEMA);
- Programa de Áreas Protegidas (UCs municipais, RPPN, APP e Reserva Legal, áreas verdes);
- Programa de Economia Verde (práticas produtivas sustentáveis, pagamento por serviços ambientais);

- Programa de Monitoramento Ambiental (cobertura florestal, recursos hídricos superficiais e subsuperficiais, qualidade do ar); e
- Programa de Geoprocessamento.

Recomenda-se também que os OAMs integrem programa de monitoramento da cobertura florestal da Amazônia (MMA, INPE).

Os OAMs também devem direcionar esforços para elaboração, revisão e execução de Planos integrados às Secretarias de áreas de atuação correlatas na estrutura municipal, tais como:

- Plano Diretor;
- Plano de Resíduos Sólidos; e
- Plano de Tratamento de Esgoto;
- Plano de Bacia Hidrográfica;
- Plano de Uso e Ocupação do Solo;
- Plano de Proteção de Áreas Naturais;
- Plano de Combate ao Desmatamento;
- Plano de Restauração Ambiental;
- Plano de Manejo Florestal.

### Orientações para Consolidação das Diretrizes

As Diretrizes de Gestão Ambiental apresentadas neste documento podem embasar a estruturação de um Plano de Gestão Ambiental. Para tanto, os gestores municipais devem considerar as especificidades de seus municípios, se instrumentalizar com mapas temáticos e modelos de planos similares e buscar, preferencialmente, o apoio de instituições com conhecimento de causa. A seguir, são indicados alguns passos para a estruturação de um Plano de Gestão Ambiental Municipal.

Sabe-se que as demandas da Gestão Ambiental Municipal são muitas e variadas, requerendo que os OAMs estejam estruturados para atendê-las. Frente ao grande volume de atividades propostas para atender tais demandas, os gestores municipais devem realizar a priorização destas ações. Para isso, recomenda-se que sejam selecionadas aquelas que atendam critérios de importância, tais como:

- Ações estruturantes - aparelhamento do OAM, incremento e qualificação da equipe, relações de parcerias, captação de recursos, elaboração de zoneamento e planos;

- Competências exclusivas do OAM - comando e controle (licenciamento, fiscalização e monitoramento ambiental);
- Ações que resultem em grandes impactos positivos na gestão - programas de recuperação ambiental, de desenvolvimento sustentável e de educação ambiental; e
- Ações que tragam maior resultado em termos de custo-benefício.

Mesmo com todo o aparato disponível, os gestores ambientais devem definir um cronograma de execução das atividades previstas, considerando os prazos para sua realização e para a obtenção dos resultados esperados. Assim, devem distribuir seus esforços para o cumprimento do cronograma de execução das tarefas ao longo dos semestres e dos anos de sua atuação.

Com a priorização das ações e definição do cronograma de execução, os gestores municipais podem seguir os seguintes passos para criação e a consolidação de um Plano de Gestão Ambiental:

- Definição de método de monitoria da execução do plano.
- Uso de veículos de comunicação para informar à sociedade local sobre a importância da gestão ambiental e do plano que será implementado.
- Audiência pública para apresentação e validação do plano.
- Articulação político-institucional para aprovação do plano.
- Execução do plano de gestão ambiental.



## BIBLIOGRAFIA

### Publicações Impressas

AMAPÁ. Governo do Estado. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Diagnóstico da Gestão Ambiental dos Municípios Amapaenses. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Assessoria de Municipalização (ASSEMUN); Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM). –Macapá: Sema, 2017. Acesso também web: <http://www.amazonia-ibam.org.br/biblioteca/publicacao/>

MEGGINSON, L. C., Donald C. M. & Paul H. P.. Administração Conceitos e Aplicações. 4ª Edição, Editora Harbra Ltda, 1998.

PEREZ JR, J. H., Pestana, A. O. & Franco, S. P. C.. Controladoria de Gestão. 2ª. Edição – São Paulo: Atlas, 1995.

### Legislação Aplicável

LEI 9.985/2000 Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

LEI COMPLEMENTAR 140/2011 - prevê a descentralização da Gestão Ambiental

### Web-Bibliografia

Acessado em 15/12/2015:

[http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista\\_da\\_fae/fae\\_v3\\_n2/o\\_planejamento\\_estrategico.pdf](http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v3_n2/o_planejamento_estrategico.pdf)

Acessado em 12/01/2016:

<http://hsmeducacaoexecutiva.com.br/hsm-management/>



# **ANEXOS**

# **REGIÃO**

# **LESTE**





## **ANEXO 1**

### **LISTA DE SIGLAS**

**AP** — Amapá

**APA** — Área de Proteção Ambiental

**APP** — Área de Preservação Permanente

**BAPM** — Batalhão Ambiental da Polícia Militar do Amapá

**CAESA** — Companhia de Água e Esgoto do Amapá

**CALHA NORTE** — Programa Calha Norte - Ministério da Defesa

**CAR** — Cadastro Ambiental Rural

**CEF** — Caixa Econômica Federal

**BNDES** — Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

**CNUMAD** - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento

**COEMA** — Conselho Estadual de Meio Ambiente

**CONAMA** — Conselho Nacional de Meio Ambiente

**COTERRA** — Coordenadoria Especial de Terras do Amapá

**DTC** — Divisão de Terras e Colonização

**FOFA** — Método de Análise de Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças

**FUNASA** — Fundação Nacional de Saúde

**IBAM** — Instituto Brasileiro de Administração Municipal

**IBAMA** — Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

**IBGE** — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**ICMBio** — Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

**IEPA** — Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá

**IEF** — Instituto Estadual de Florestas do Amapá

**IMAZON** — Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia

**IMAP** — Instituto do Meio Ambiente e de Ordenamento Territorial do Amapá

**INCRA** — Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

**INPA** — Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia

**INPE** — Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

**ISA** — Instituto Sócio Ambiental

**MP** — Ministério Público

**MMA** — Ministério do Meio Ambiente

**OAM** — Órgão Ambiental Municipal

**ONU** — Organização das Nações Unidas

**PEFOGAM** — Programa de Fortalecimento da Gestão Ambiental Municipal

**PIB** — Produto Interno Bruto

**PMSB** — Plano Municipal de Saneamento Básico

**PNUMA** — Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

**PQGA** — Programa de Qualificação da Gestão Ambiental - Municípios do Bioma Amazônia

**PSA** — Pagamento por Serviço Ambiental

**RL** — Reserva Legal

**RPPN** — Reserva Particular do Patrimônio Natural

**RURAP** — Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá

**SDR** — Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural

**SEMA** — Secretaria de Estado do Meio Ambiente

**SNUC** — Sistema Nacional de Unidades de Conservação

**SISNAMA** — Sistema Nacional do Meio Ambiente

**TERRAP** — Instituto de Terras do Amapá

**UC** — Unidade de Conservação

**UNIFAP** — Universidade Federal do Amapá

## LISTA DE QUADROS

**Quadro 1:** Lista dos Municípios do Estado do Amapá e Respectivas Áreas.

**Quadro 2:** População e Área dos Municípios na Região Leste.

**Quadro 3:** Análise Esquemática do Método FOFA.

**Quadro 4:** Definição dos Temas de Gestão Ambiental Municipal.

**Quadro 5:** Planejamento do Ciclo de Oficinas regionais de *Planejamento da Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável*.

**Quadro 6:** Matriz de Análise FOFA da Gestão Ambiental com questões comuns à região Leste - Macapá, 13 e 14 de março de 2017.

**Quadro 7:** Matriz de Relações Interinstitucionais do OAM de Cutias do Araguarí.

**Quadro 8:** Matriz de Relações Interinstitucionais do OAM de Macapá (AP).

**Quadro 9:** Matriz de Relações Interinstitucionais do OAM de Mazagão (AP).

**Quadro 10:** Matriz de Relações Interinstitucionais do OAM de Santana (AP).

**Quadro 11:** Matriz de Planejamento da Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável dos Municípios da Região Leste do Estado do Amapá. Linha estratégica 1 – Aparelhamento da Secretaria e Instrumentos de Gestão Atualizados.

**Quadro 12:** Matriz de Planejamento da Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável dos Municípios da Região Leste do Estado do Amapá. Linha estratégica 2 – Maestria no Comando e Controle.

**Quadro 13:** Matriz de Planejamento da Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável dos Municípios da Região Leste do Estado do Amapá. Linha estratégica 3 – Gestão Territorial Primorosa.

**Quadro 14:** Matriz de Planejamento da Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável dos Municípios da Região Leste do Estado do Amapá. Linha estratégica 4 – Relações de Parceiras Incrementadas.

**Quadro 15:** Matriz de Planejamento da Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável dos Municípios da Região Leste do Estado do Amapá. Linha estratégica 5 – Desenvolvimento da Economia Verde.

**Quadro 16:** Unidades de Conservação do Estado do Amapá, por jurisdição, em ordem cronológica de criação, no ano de 2008.

## LISTA DE FIGURAS

**Figura 1:** Localização do Estado do Amapá. Fonte: Raphael Lorenzeto de Abreu, em *Wikimedia Commons*.

**Figura 2:** Divisão Política do Estado do Amapá. Fonte: [www.ap.gov.br](http://www.ap.gov.br)

**Figura 3:** Vista parcial do rio Araguari. Fonte: [www.ap.gov.br](http://www.ap.gov.br)

**Figura 4:** Vista parcial do rio Piririm. Fonte: [www.ap.gov.br](http://www.ap.gov.br)

**Figura 5:** Beira Rio - Foz do Rio Amazonas. Fonte: [www.ap.gov.br](http://www.ap.gov.br)

**Figura 6:** Fortaleza de São José de Macapá. Foto: Angela Fontes, 2017

**Figura 7:** Festa da Cavalhada. Fonte: [www.ap.gov.br](http://www.ap.gov.br)

**Figura 8:** Vista aérea do porto de Santana. Fonte: [www.ap.gov.br](http://www.ap.gov.br)

**Figura 9:** Estrutura do planejamento

**Figura 10:** Organograma das etapas de diagnóstico e planejamento da Gestão Ambiental Municipal

**Figura 11:** Foto da configuração das tarjetas da Análise FOFA da Oficina da Região Leste do Amapá. Foto: Rosan Fernandes.

**Figura 12:** Participantes da Oficina da Região Leste do Amapá - Macapá, em 13 e 14/03/2017. Foto: Mariney Souza.

**Figura 13:** Mapa das Unidades de Conservação do município de Cutias do Araguari (AP). Fonte: IBAM, 2016.

**Figura 14:** Mapa das Unidades de Conservação do município de Itaubal do Piririm (AP). Fonte: IBAM, 2016.

**Figura 15:** Mapa das Unidades de Conservação do município de Macapá (AP). Fonte: IBAM, 2016.

**Figura 16:** Mapa das Unidades de Conservação do município de Mazagão (AP). Fonte: IBAM, 2016.

**Figura 17:** Mapa das Unidades de Conservação do município de Santana (AP). Fonte: IBAM, 2016.

**Figura 18:** Régua do Índice de Favorabilidade na Qualidade da Gestão Ambiental do Município.

## ANEXO 2

Lista de Presença dos Participantes da Oficina Planejamento da Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável da Região Leste – Macapá, 13 e 14 de março de 2017.

NOME	CARGO/FUNÇÃO	MUNICÍPIO	CELULAR WHATSAPP	E-MAIL
Alônio Faris de Oliveira	Secretário Municipal de Meio Ambiente	Mazagão	99108-1517	alonciomz@hotmail.com
Ana Cristina Guedes Martinez	Assistente de Gabinete/Projetos	Macapá	99114-9993	crisgueDES132@hotmail.com
Angela Fontes	Economista PQGA/IBAM	Rio de Janeiro	(21) 98858-3465	angela.fontes@ibam.org.br
Antonio Claudionele	Fiscal	Santana	99116-9670	claudionele@hotmail.com
Aroldo de Melo Vasconcelos	Coordenador	Santana	99157-6418	arq.aroldo@gmail.com
Gean Cézar Correa	Agente de Tributo	Santana	99137-5460	I.correa.ap@bol.com.br
Jessejames Lima da Costa	Técnico/SEMA	Macapá	99980-7334	jesseap@yahoo.com.br
João F. da Matta	Advogado PQGA/ IBAM	Rio de Janeiro	(21) 99763-1529	joao.damatta@ibam.org.br
Joelson C. Martins	Agente Administrativo	Santana	99116-6950	jcmsouza@hotmail.com
José Arilson Nascimento Silva	Agente de Fiscalização	Santana	99176-7072	arilsonfla@bol.com.br
José Ferreira Barbosa	Técnico/SEMA	Macapá	99114-9530	
Josué Viana da Silva	Secretário de Agricultura	Itaubal	999129204	josueitaubal@bol.com.br
Lindemberg Araújo Mota	Secretário Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Habitação	Santana	99122-0914	lindemberg.semduh@gmail.com

**ANEXO 2**

Lista de Presença dos Participantes da Oficina Planejamento da Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável da Região Leste – Macapá, 13 e 14 de março de 2017.

NOME	CARGO/FUNÇÃO	MUNICÍPIO	CELULAR WHATSAPP	E-MAIL
Mak José Alfaia Pacheco	Assistente Administrativo	Santana	98114-3091	maxalfaiaapacheo@gmail.com
Márcio Fran de Sousa Gonçalves	Diretor de Meio Ambiente da SEMAM	Macapá	98104-7317	gmarciofran@yahoo.com.br
Mariney Avry Borges de Souza	Gabinete/ SEMA	Macapá	98121-4198	mariney.avry.borges@gmail.com
Mário Sérgio dos S. Ribeiro	Técnico/SEMA	Macapá	99902-5952	marsema@bol.com.br
Maurício Duarte de Almeida	Fiscal Terras	Itaubal do Piririm	98806-8066	duarte1978@bol.com.br
Mauro do E. Santo	Motorista Fluvial	Santana	99158-0994	mauroespiritosantosilva@yahoo.com.br
Narilza Fernandes Rodrigues	Técnica/SEMA	Macapá	99193-8670	nazilda11@hotmail.com
Orivaldo da Silva	Secretário Municipal de Meio Ambiente	Cutias do Araguari	99907-4541	orivaldoleite10@gmail.com
Rosa Silva de Oliveira	Gabinete/SEMA	Macapá	99146-5010	rosa.oliveira@sema.ap.gov.br
Rosan Fernandes	Ecólogo/PQGA/IBAM	Rio de Janeiro	(22) 99948-7600	rosan.fernandes@ibam.org.br
Ruimar Monteiro Pena	Técnico/SEMA	Macapá	98126-2159	ruimarpenna@yahoo.com.br
Thaylan Richard dos Santos Monteiro	Assessor de Operação	Mazagão	99175-3243	thaylan.monteiro@gmail.com



Este documento sintetiza diretrizes de planejamento estratégico para a Gestão Ambiental e o Desenvolvimento Sustentável dos Municípios da Região Leste do Amapá - Cutias do Araguari, Itaubal do Piririm, Macapá, Mazagão e Santana. Seu objetivo é dotar o Órgão Ambiental Municipal de ferramenta de gestão abrangente, por meio de ações realistas e, portanto, viáveis de serem implantadas. Para isso, é fundamental contar com a participação das diversas instituições atuantes na área ambiental, tanto os órgãos públicos, quanto as organizações da sociedade civil.

**Agosto 2017**



MINISTÉRIO DO  
PLANEJAMENTO,  
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

MINISTÉRIO DO  
MEIO AMBIENTE

